

EXPEDITO ARNAUD

Museu Paraense Emílio Goeldi

CEDI - P. I. B.
DATA 17 / 02 / 87
COD. 601 20

APRESENTAÇÃO

Pelo início de 1963, quando ainda pertencíamos ao quadro do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), possibilitamos a Protásio Frikel manusear o arquivo da 2ª Inspeção Regional no Pará, a fim de colher dados complementares para um artigo que estava produzindo sobre os índios Kayapó-Xikrin do Caeteté, divulgado logo depois (Frikel, 1963). Após concluir o levantamento, considerou como muito bom o material existente relacionado aos conflitos entre os Kayapó e as frentes extrativistas regionais, e sugeriu que escrevessemos algo a respeito do assunto.

Por essas alturas, já haviam sido publicados o relatório de Nimuendajú (1952) intitulado "Os Gorotíre", apreciando fatos semelhantes acontecidos até 1939, bem como o "Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó" de Moreira Neto (1959), mostrando os nefastos resultados sofridos pelos grupos da mencionada origem que acabavam de ser pacificados, devido a falta de assistência do S.P.I. Também mais dois artigos sobre os Kayapó tinham surgido logo depois, sendo um de Banner (1961) e o outro de Diniz (1962), mas não referentes ao tema em questão.

Em vista disso, aceitamos a sugestão de Frikel e passamos a examinar aquele material processando ao mesmo tempo o necessário fichamento. Porém, após a conclusão, julgamos que não seria oportuno aplicá-lo de imediato numa publicação, pois, tratavam-se de acontecimentos recentes e nos quais de certa forma estiveramos envolvidos na qualidade de funcionário do S.P.I. Preferimos então continuar nossas pesquisas entre os grupos Tupí do Tocantins (Asuriní e Parakanã), Gaviões de Oeste e grupos da bacia do Oiapoque-Uaçá (Território do Amapá), adiando a apreciação do problema Kayapó para uma ocasião mais distante e oportuna, mas sem deixar de registrar sempre que possível outros elementos surgidos a respeito. Já pela década de 1970, utilizamo-nos de vários desses elementos na preparação de dois artigos: o primeiro sobre "a ação indigenista no sul do Pará (1940-1970); o segundo focalizando a "extinção dos índios Kararaô (Kayapó)" (Arnaud & Alves, 1974).

No presente trabalho, ainda não definitivo, em que utilizamos não só os aludidos dados documentais como fontes bibliográficas, informações outras e observações pessoais, tentamos essencialmente mostrar a expansão dos Kayapó-Gorotíre e de suas subdivisões, envolvendo os conflitos internos e externos em que eles se empenharam, e as mudanças experimentadas. Porém, antes de entrarmos na apreciação desse processo, apresentamos aspectos históricos sobre a ocupação nacional da região, referências sobre os índios de outras origens que aí habitaram (ou ainda habitam) e uma caracterização geral da própria sociedade Kayapó.

A OCUPAÇÃO NACIONAL DA REGIÃO

A região Sul do Pará, apreciada neste trabalho (29-109 de Lat. Sul e 509-559 de Long. Oeste), limita-se ao norte pelos rios Amazonas, Anapu e Pará, ao sul pelos Estados de Góias e Mato Grosso, a leste pelos rios Tocantins e Araguaia e a oeste pelo Tapajós. Abrange uma superfície de aproximadamente 600.000 km², correspondente a quase a metade do Estado, predominantemente coberta por florestas de terra firme, com ocorrências de florestas de várzeas e de igapós ao norte e florestas semi-úmidas e campos cerrados ao sul, tendo como principais elevações as serras de Gradaús, Seringa, Inajá e Carajás, todas situadas a sudeste da região.

As mais antigas explorações na região, ocorreram no baixo Amazonas e na embocadura do Xingu, tendo sido realizadas por holandeses, ingleses e irlandeses, por volta de 1600. Os holandeses fundaram as feitorias de Orange (próximo a aldeia de Mararu), Nassau (rio Acaraí), Mandituba (rio Muruã) e instalaram um forte na aldeia de Gurupá, entre os rios Carapatuba e Jenipapo. Porém, a partir de 1620, os portugueses foram destruindo essas posições por expedições comandadas por Pedro Teixeira, Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque, (Reis, 1960:2-23-28 : Figueiredo, 1975:73).

Ainda em 1600, castelhanos procedentes do alto Amazonas, teriam entrado em contato com os índios Tapajós. Todavia, a primeira penetração portuguesa foi empreendida em 1626, por Pedro Teixeira e frei Christovam de São José para resgatar escravos indígenas (Leite, 1943:357 : Baena, 1969:33). Em 1724, o rei de Portugal ordenou ao Governador do Maranhão explorar o Tapajós, onde sabia-se existir cravo em abundância, talvez ouro e prata, mas como maior riqueza " um imenso e numerável gentio de boa condição" (Livro Grosso.. 1948, v.6:213-214). Em 1812, o lugar Itaituba já era conhecido como centro de exploração e comércio de especiarias e, pela metade do século, regatões costumavam subir pelos " rios secundários ", conduzindo " pano, cachaça, quinquilharias e moedas de cobre (únicas conhecidas por esses remotos habitantes) para trocar por gêneros de alimentação e outros produtos (Bates, 1944, v.2:75).

Quando a produção da borracha alcançava significativo desenvolvimento (1895-1896), encontravam-se disseminados desde Itaituba até o Salto Augusto (Alto Tapajós) cerca de 3.000 civilizados paraenses, maranhenses e alguns mato-grossenses) empenhados na extração e comercialização de produto (Coudreau, 1941:42 e ss.). Por volta de 1910, essa população havia aumentado para 7.400 indivíduos, dentre os quais 1.500 habitavam na sede municipal, cujo número baixava para 900 de maio à dezembro, devido os deslocamentos provocados pela safra da borracha cujas exportações subiram de 263 toneladas, em 1893, para mais de 700 entre 1900 e 1912 (Brasil, 1913:73-77). Todavia, a partir de 1914-15 os seringais de Tapajós foram sendo abandonados: em 1924, após um ataque de índios o rio Bararati foi evacuado; e em 1932, considerado o ano mais crítico, mais de 100 famílias deixaram rios São Manoel, Matrinxão, Anipuri e Agua Preta, restando no Juruena apenas 21 extratores dos 600 que nela trabalhavam (Chuvas, 1939). Em 1940, o município de Itaituba com 169.355 km², possuía uma população de apenas 9.084 indivíduos (Recenseamento...1952:51),

apresentando assim um crescimento insignificante em relação ao total de 7.400 estimado no início do século.

Em 1613, o Tocantins foi percorrido pelo francês Daniel de La Touche, o qual, após permanecer cerca de um ano em Cametá, subiu até as primeiras cachoeiras do rio Araguaia (Cruz, 1963:26; Paternostro, 1945:55). Entretanto, a mais importante expedição desse período foi efetuada pelo capucho Christovam de Lisboa (ou de S. José), devendo-se a ele e a Pedro Teixeira os primeiros relatos sobre a região (Muniz, 1916:189; Paternostro, 1945:55). Em 1625, os jesuítas instalaram-se em Cametá, havendo os padres Tomé Ribeiro, Romeu Careu, Manuel Nunes, Gonçalo Paes e Manuel Brandão, subido o Tocantins até sua confluência com o Araguaia, atribuindo-se aos dois últimos a descoberta do cravo, canela e da castanha-so-pará (Ibid.; Abreu, 1963:14). Em 1780, o Capitão-General Fernando Delgado levantou um presídio um pouco acima do lugar onde foi posteriormente fundada Conceição do Araguaia, porém, em 1813, os habitantes do lugar foram trucidados pelos índios Karajá (Ianni, 1978:9). No começo do século XIX, é criado o primeiro núcleo urbano "nas margens do Tocantins, Boa Vista, sucedido pela ocupação paulatina de todo o território delimitado pela junção desse rio com o Araguaia" (Moreira Neto, 1960:9).

Já pelo fim do século XIX, Coudreau (1897:2) refere a castanha-do-pará (*Bertolletia excelsa* H.B.D.) como principal gênero do Tocantins, ou mesmo o seu único meio de sobrevivência, como era a seringa (*Hevea brasiliensis* Muell. e ARG.) para diversas outras regiões da Amazônia. Acontece que, pelo início do século atual, começa também a tomar vulto a extração do caucho (*Castilloa ulei* Warb.) na zona do Itacaiúnas (afluente do Tocantins) e no Araguaia, até por volta de 1915, quando deixou de ter cotação no mercado internacional face ao crescimento da produção da borracha nos seringais asiáticos (Arnaud, 1975:12). Ao mesmo tempo, uma frente pastoril procedente dos "pastos bons" (Maranhão) que, nos últimos anos do século XIX atinge a margem esquerda do Araguaia, termina por ocupar as bacias dos rios Najá (posteriormente Barreira de Santana), alcançando um segmento setentrional a foz do Itacaiúnas (Moreira Neto, 1960:11-12).

Tendo como sede a freguesia fundada por frei Gil de Vila Nova em 1900, foi criado o município de Conceição do Araguaia, em 1908, ano em que o engenheiro F. Schmidt-Belém, abriu uma estrada desde Gamaleira (Araguaia) até Novo Horizonte, no médio rio Fresco (Xingu) (Ibid.:29). Em 1920, a população do município somava 11.000 habitantes (Ianni, 1978:63), porém, em 1935, as últimas cinco léguas dos campos do Araguaia, encontravam-se desertas, devido "as incursões e morticínios dos Purukarús, inimigos sem piedade tanto dos cristãos como dos seus patrícios os cayapós das Arrayas" (Prelazia... 1936:9). E na mata geral existente desses campos até o rio Fresco, não habitavam mais "morador cristão n'uma distancia de seis a oito e dez dias de marchas" (Ibid.). Em 1940, com uma superfície de 42.265 km², o município de Conceição do Araguaia estava com a população reduzida a 4.715 pessoas, das quais 70% viviam no meio rural (Ianni, 1978:63).

No Xingu, os jesuítas fundaram a missão de Itacuruçá (atual Vieiros), em 1636, e em seguida as missões de Araricuri (Souzel Velho), Miraveri (atual Pombal) e Materua, no local do forte de Orange (atual Porto de Moz) (Figueiredo, 1975:63; Kreutler, 1975:56).

Kreutler, 1975:56). Em 1750, o padre Hundertfund subiu pela primeira vez o Xingu e o Iriri ("Rio dos Jurunas") entrando em contato com os índios "Jacipeia (Chipaya) e Curubari (Curuais)" (Ibid.). Outros missionários da Companhia, conseguiram aldear os índios "Tucuniapén" na missão Tauaquara, distante um quilômetro do lugar onde se situa a cidade de Altamira (Ibid.). Em 1788, de acordo com estimativas efetuadas, habitavam no Xingu 800 indivíduos, 375 em 1820, 621 em 1833, dos quais 6 eram brancos, 3 escravos, 273 mestiços e 339 índios (Kelly, 1975:51).

Em 1842, segundo o Príncipe Adalberto da Prússia, que percorreu o Xingu até sua confluência com o Piranhaquara, Porto de Moz era menos importante que Gurupá, e em Souzel, existiam somente entre "40 e 50 cabanas de barro e grandes ranchos abertos, e apenas a casa do vigário era caiada, coberta de telhas de barro, assim como a igreja" (Adalberto, 1977:166-167). Refere-se, em seguida, à grande dificuldade para a navegação na grande curva encachoeirada existente no baixo curso do rio, em cujo trecho os jesuítas tinham aberto uma picada, que era a única via terrestre de comunicação com o Alto Xingu. Assim, raras eram as expedições para efetuar descimentos de índios, além da confluência com o rio Iriri, e a única viagem conhecida das nascentes do Xingu até sua foz, tinha sido efetuada por um tenente de milícias, em 1819 (Ibid.). Em 1856, foi registrada a existência no Xingu de 1.040 indivíduos livres, 38 escravos e 11 estrangeiros; e em 1872, "esses números mostravam duas divisões: três estrangeiros e 1.284 diversos" (Kelly, 1975).

A partir da última década do século, quando iniciava-se o apogeu da borracha, no desenvolvimento da região passa a desempenhar capital importância o baiano José Porfírio de Miranda Junior, chegado em 1893, tanto como empresário empenhado na exploração dos seringais, como na qualidade de intendente municipal, deputado e senador estadual (Borges, 1970). Entre suas iniciativas destacou-se a da abertura de uma ampla rodovia, com 48 quilômetros de extensão, desde a foz do rio Tucuruí (Porto de Vitória) até a foz do Ambé, possibilitando um amplo trânsito no trecho encachoeirado do Xingu, que dificultava o acesso aos grandes seringais (Ibid.). Conseqüentemente, mesmo após a queda de preços da borracha (1914-1915), a produção Xingu, procedente sobretudo do Iriri, continuou crescendo até 1920, como pode ser verificado a seguir: 1912 - 729 toneladas, 1916 - 1.113, 1918 - 1.607, 1920 - 1.941, 1921 - 1.428, 1923 - 1.333, 1924 - 1.149, 1925 - 1.507, 1926 - 1.039 (Kelly, 1975:59).

Escreve Nimuendajú (1952:436) que, quando percorreu o Xingu pela primeira vez, em 1914, existiam de Altamira para cima alguns milhares de habitantes e donos de seringais, coroneis poderosos com numerosos cabras armados, cujas violências assumiam proporções tais que, em comparação, os ataques dos Kayapó poderiam ser considerados "brincadeiras". No entanto, no decorrer de sua última viagem feita em 1939, encontrou essa população reduzida a algumas centenas de pessoas vivendo ainda da extração da borracha e da castanha, entre as quais existiam ainda "uns dois ou três mandões daqueles tempos", mas que a pobreza havia tornado "tão miseráveis, tão mesquinhos e covardes", que lhe foi difícil reconhecê-los (Ibid.). Acrescenta serem então as condições de vida no Xingu "simplesmente absurdas, pois, as cotações dos mencionados gêneros já não compensavam o trabalho de extração" (Ibid.: 437). Toda a zona se poderia considerar como falida, com alguns regatões "comercialmente podres", procurando através de "mil imposturas fraudes e chicanas" seduzir os raros fregueses existentes, que contraíam dívidas com todos mas não pagavam nenhum (Ibid.).

O município do Xingu, formado com a maior parte das terras desmembradas do antigo município de Souzel, teve sua denominação mudada para Altamira, em 1938, com dois distritos: Altamira e Novo Horizonte (Enciclopédia....1937:273). Logo no ano seguinte, face a nova divisão territorial do Estado passou o município a ser integrado pelo distrito-sede dividido em duas zonas (Altamira e Iriri-Curuá) e pelo de Novo Horizonte (zonas de S. Felix e Novo Horizonte) (Ibid.). Em 1940, com uma superfície de 282.070 km², que era a maior extensão municipal não só do Pará como do Brasil, possuía Altamira uma população civilizada de 6.428 habitantes. (Recenseamento ...1952:51).

OS ANTIGOS GRUPOS INDÍGENAS DA REGIÃO

Conforme pode ser verificado no mapa etno-histórico de Nimuendajú (1981: mapa), nos tempos históricos, a região apreciada neste estudo era, na maior parte, ocupada por grupos filiados ao tronco lingüístico Tupí. No Tapajós, destacavam-se os Mundurukú, os quais, quando identificados pela primeira vez, dominavam um vasto território (Mundurucânia), limitado ao norte pelo Amazonas, ao sul pelo Juruena, a leste pelo Tapajós e a oeste pelo Madeira (Casa, 1943:233). Além dos Mundurukú, habitavam nesse território e nas imediações, os Sateré-Mawé, Kayabí, Apiaká, Tupí-Kawahíwa, Tupinambarana, Parintitin e diversos outros grupos indígenas de filiação não identificada, a saber: Nhawanhen, Urupá, Sapupé, Hiawahim, Amanaju, Muriva e Tapukurá (Nimuendajú, 1981: mapa). Dentre os que alcançaram os dias atuais, permaneceram no aludido território em sua quase totalidade os Mundurukú (Tapajós e Cururu), um dos grupos Kayabí (rio Teles Pires ou S. Manuel) e alguns remanescentes Apiaká. Uma pequena parte dos Mundurukú encontra-se localizado no Madeira (Amazonas) os Sateré-Mawé habitam nos rios Andirá, Maués-Açu e tributários (Amazonas), e a maioria dos Kayabí encontra-se no Parque Indígena do Xingu distribuída em várias aldeias, e numa outra aldeia situada no rio dos Peixes (afluente de Arinos) onde também habita um grupo Apiaká (Mato Grosso).

Na bacia do Xingu e terras adjacentes, os Pacajá, Takanyapé, Pauxí, Aracaju, Guahara e outros de línguas desconhecidas, desapareceram antes de terem sido obtidas sobre eles informações de valor etnográfico (Id. 1948: 213-217). Os Oyampik (Wayâpí) emigraram para a margem esquerda do Amazonas, no século XVIII, encontrando-se presentemente divididos em vários grupos desde o rio Amapari até o Oiapoque, em terras do Brasil e da Guiana Francesa (Galois, 1981:1-2). Os Juruna, habitantes do baixo Xingu desde o século XVII, foram se deslocando para o sul e acabaram se situando no rio Manitsauá (Parque Indígena do Xingu) (Oliveira, 1972:15 - 44), ainda existindo cerca de 15 famílias elementares no antigo ambiente, mas vivendo em condições semelhantes as dos regionais (Arnaud, 1983:7). Os Kuruaya e os Xipaya, que dominavam nos séculos XVIII e XIX os rios Curuá e Iriri, acabaram sendo também destruídos e reduzidos pelas ações dos Kayapó e dos patrões dos seringais (a ser apreciada mais adiante), restando ainda vários remanescentes disseminados pelo Iriri ou na cidade de Altamira, junto aos quais a FUNAI aplica medidas no sentido de reagrupá-los. Os Asuriní do Xingu, mencionados pela primeira vez no final do século passado (Nimuendajú, 1948:225), puderam manter-se isolados até pelo início da década de 1970,

quando passaram a ser assistidos permanentemente pela FUNAI, na própria aldeia situada no rio Piaçaba (afluente direito do baixo Xingu) (Arnaud, 1983:8). Os Araweté, durante longo tempo confundidos com os Asuriní, foram identificados, já pela década de 1970, no local onde permanecem aldeados sob a assistência da FUNAI (rio Ipixuna, baixo Xingu) (Ibid.). Por fim, os Araras (Karib) notados inicialmente no baixo Xingu, em 1853, entraram em seguida em conflito com extratores de borracha e com outros grupos indígenas da região, e em fase recente, passaram a hostilizar as turmas que operavam na abertura da Transamazônica. Já em 1980-1981, foram pacificados pelas turmas da FUNAI, encontrando-se no momento, aldeados na margem esquerda do baixo Iriri, município de Altamira.

No Tocantins e Araguaia, os grupos Camarapim, Wanapu, Tacayuna, Jundiahy, Tapiraua, Curupity, January, Carambu de filiação lingüística não identificada (Nimwendajú, 1981:mapa), deixaram de ser referidos modernamente na literatura etnológica. Os Anambé, situados à margem esquerda do Tocantins, no século XIX, atravessaram o rio e foram estabelecer-se junto aos Turiwara, no rio Cairari (afluente do Muju) (Arnaud & Galvão, 1969:8). Os Akuãwa-Asuriní, confundidos por Coudreau (1897:32) com os Asuriní do Xingu, com aldeamentos disseminados desde o Pacajá de Portel até a Cachoeira Grande (Tocantins), após incursionarem longos anos na zona da Estrada de Ferro de Tocantins, foram pacificados pelo S.P.I., em 1953, no local onde ainda se acham aldeados (rio Trocará, Tocantins) (Arnaud, 1983:8-15). Os Parakanã, mencionados no Pacajá de Portel, a partir de 1910, mas que poderiam ser os índios referidos no Tocantins como Kupê-rop, desde meados do século passado, a partir de 1970, em decorrência da abertura da Transamazônica, passaram a ser atraídos pela FUNAI. Após sucessivas mudanças, vem de ser dois de seus grupos fixados no igarapé Andorinha e rio Meio (Poção dos Caboclos) (zona do Tocantins), tendo sido um terceiro grupo pacificado, já no início da presente década, entre os rios São Sebastião e Stº Antônio (São Felix do Xingu) (Ibid.:33). Os Suruí-Mudjetire, referidos primeiramente por frei Antônio Sala, em 1923, pela designação de "Sororos-raça ainda não identificada"... e em seguida como Mudjetire (denominação Kayapó), passaram a partir de 1960 a serem também chamados Suruí (autodenominação) (Laraia & Matta, 1963:28-30), após terem sido pacificados pelo missionário dominicano frei Gil Gomes, na mesma área onde ainda permanecem (Sororozinho-Tocantins). Afóra esses grupos Tupí, devem também ser mencionados os Karajá e suas outras divisões Javahé e Xambioá (língua isolada), que viviam em conflitos com os grupos Jê e Tupí (executando os Tapirapé), cujos primeiros contatos com os civilizados ocorrerem em 1682 (Lipkind, 1948:179), e estão atualmente na maioria concentrados na ilha do Bananal (Goiás), mas com famílias esparsas situadas ao longo do Araguaia Paraense.

OS KAYAPÓ SETENTRIONAIS

A denominação Kayapó, cuja origem é Tupí (kayá=macaco; pô=semelhante), começou a ser usada na segunda metade do século XVII para mencionar os índios conhecidos como Bilreiros (Kayapó Meridionais) (Jê) que atacavam principalmente o sul da Capitania de Goiás (Turner, 1966:7; Chain, 1974:126). A aludida designação foi estendida aos índios hoje chamados Kayapó Setentrionais, a partir de "uma sugestão de

Cunha Matos, em 1824", que considerou os "Gradaús de Sertão" situados entre o Tocantins e o Araguaia, como descendentes dos Kayapó Meridionais (Turner, 1966:2). Castelnau, em 1844, considerou também os Kayapó Setentrionais como uma ramificação dos Meridionais, refugiados para o norte, entretanto, após investigações feitas sobre os dialetos, história e cultura de ambas as tribos foi verificado que, embora aparentadas, mostravam-se claramente diferentes e não poderiam ser derivadas uma da outra (Nimuendajú, 1952:427). Escreve Turner (1966:1) que, após a efetuação de "um survey glotocronológico", considerou Wilbert (1962) estarem os Kayapó Meridionais distanciados cerca de onze séculos dos Suyá e dezenove dos Kayapó Setentrionais.

Segundo a mitologia, originariamente habitavam os Kayapó "acima do teto do Céu", havendo descido para a Terra através de um buraco inicialmente cavado por um tatu e descoberto por um guerreiro "da classe dos Mebenget", utilizando uma corda. Todavia, quando a descida ainda não havia sido concluída, um menino estranho ao grupo cortou a corda, ficando assim uma parte dos Kayapó no Céu e a outra na Terra (Lukesch, 1976:9-11). De modo geral autodenominam-se Me-be-agê-krê (mê= grupo social, be= identidade, agê= água, krê= espaço-buraco), mas cujo significado na sua complexidade não sabem explicar (Turner, 1966:3; Vidal, 1977:34; Posey, 1979:5). Mas se consideram também originados de um povo ancestral chamado Goroti-Kumrein.

Os Kayapó são rigorosamente monógamos, mas não observam em regra fidelidade conjugal. São proibidos os "casamentos entre irmãos, primos paralelos e cruzados bilaterais, sororato e levirato, união de um homem com a filha da irmã ou de uma mulher com o filho do irmão" (Diniz, 1962:24). O verdadeiro casamento, isto é, o da esposa virgem (menpfenprintí) é arranjado pela mãe durante a infância da filha, passando o homem a residir na casa da família extensa da mulher, após o casamento, onde a responsável é a sogra (Banner, 1961:9-10). Existem também a instituição de compadrio, de origem mitológica e de caráter hereditário através da linha paterna, com implicações nas relações sociais (inclusive na adoção de estrangeiros) assim como nos cerimoniais (Diniz, 1962:21).

As famílias nucleares são as unidades básicas de produção e consumo, não havendo uma cooperação obrigatória entre elas mesmo dentro das próprias famílias extensas ou dos grupos domésticos a não ser pelas mulheres na construção das habitações comuns (Turner, 1966:10). Nas atividades agrícolas, a divisão de trabalho não é rigorosa entre os sexos, participando os homens não só da derrubada e queima como do plantio e da colheita; e as mulheres, por seu lado, além de trabalharem predominantemente no plantio e na colheita, podem participar da derrubada e da queima (Dreyfus, 1968:27). A coleta é uma atividade tradicionalmente feminina. A pesca e a caça constituem ocupações masculinas podendo ocorrer de modo individual ou coletivo, por ocasião das grandes festas (Ibid.:27-28-31).

Tradicionalmente, as aldeias Kayapó têm as casas residenciais dispostas em círculo com uma praça central (Ngã ou Ipêkri), onde são construídas as casas-dos-homens, integradas por sociedades-de-homens que são as unidades básicas do sistema político tribal, mas sem estarem relacionados ao sistema de parentesco (Turner, 1966:29 a 42). Cada aldeia tem geralmente duas casas-dos-homens que

constituem metades, situadas a leste e a oeste da praça central, podendo haver em cada uma delas várias sociedades-de-homens e as vezes com mais de um líder (Mem-benhadjuêru= aquele que transmite os cânticos) (Ibid.). O importante é que os membros de uma casa-de-homens sejam solidários nas disputas contra os membros da outra, embora seja uma das principais funções dos chefes a manutenção de boas relações internas e externas (Ibid.). Os cargos de chefia são geralmente conseguidos "pela coragem e inteligência singular", com o apoio de "um bom número de parentes e compadres" (Banner, 1961:17).

Acentua ainda Banner (Ibid.:19) que o Kayapó cultivava a bravura "com o mesmo afã que o civilizado procura enriquecer", representando a palavra djekré (bravo, feroz, valente) o ideal ao qual todos os homens aspiram. Os pais não costumam bater nos filhos porque desejam torná-los independentes e agressivos. Assim que os meninos passam a dormir no ngõbe, após os 10 anos, os adultos procuram desenvolver em seus espíritos e culto djekrê: arranham-lhes os braços e as pernas com dentes de peixes, para que adquiram mais força e sejam mais velozes; passam-lhes nos peitos os pelos da lagarta "cabelo de macaco", venenosíssimos, para que criem resistência contra a dor; mandam-nos lutar de corpos nus com maribondos; e adestram-nos no manejo da borduna (a arma predileta de Kayapó), "sendo-lhes entregues para matar, cachorros magros ou mansos demais para ter valor nas caçadas e, as vezes, crianças orfanizadas ou choronas" (Ibid.:20). Acrescenta não ser exagero afirmar que, a ambição do Kayapó ainda bravo, é matar alguém, preferencialmente um kuben (estrangeiro) e assim que consegue passa a ser reputado como "herói e verdadeiro guerreiro" (Ibid.:21).

As cisões sempre foram freqüentes entre os Kayapó, sem que possam ser atribuídas a fatores territoriais ou à carência de meios de sobrevivência (Turner, 1967:47). Geralmente costumam dizer que foram motivadas por adultério, quando as verdadeiras causas são, quase sempre, as disputas entre líderes de associações opostas, com a finalidade de fazer crescer o próprio poderio (Ibid.:51-52). As disputas são institucionalizadas em forma de duelo (aben-atak), entre os indivíduos ou os grupos que se desentendem, com o emprego de pesadas e aguçadas clavas de madeira (kop), costumando os derrotados abandonar a aldeia por motivo de vergonha (piaãm), embora pudessem permanecer. Após um cisma as facções, em regra, tornam-se inimigas, podendo de uma ou de outra surgirem ataques de surpresa (Ibid.).

Tradicionalmente, cada aldeia Kayapó constitui uma unidade política independente, não havendo notícia de que, por motivo de solidariedade étnica ou tribal, procurassem atuar coletivamente em qualquer circunstância. Elementos de um grupo que foram compelidos a deixá-lo, mas sem condições de formar uma nova aldeia, procuram incorporar-se em outra, ou retornar a anterior, mas podem enfrentar sérios riscos, desde que, no momento que assim aconteça, a população local seja porventura atingida por enfermidades, pois acabarão sendo exterminados por suspeita de que isso foi motivado por terem eles praticado feitiçarias.

A morte é definida para o Kayapó, como a condição em que o espírito (karon) deixa o corpo definitivamente. Uma pessoa morta (arop tuk) fica fora da sociedade sem precisar receber mais atenção, salvo as devidas sob forma de rituais fúnebres. Em razão disso, os moribundos são tratados pelos parentes com "uma indiferença que parece quase desumana", e em muitos casos apressam uma morte admitida como inevitável. Nos antigos tempos, uma habitação na qual alguém falecia

era logo queimada, e numa aldeia ainda de estilo tradicional, após um período de cinco a dez anos, em que muitas mortes ocorreram, verifica-se sua queima, sendo outra erguida em novo lugar, embora as vezes não tanto distante da anterior. Pretende-se assim fugir da presença dos espíritos, com receio de que eles venham provocar a morte dos parentes para tê-los novamente ao seu lado (Ibid.:381 a 395).

AS CISÕES E OS CONFLITOS

Conforme Nimuendajú (1952:427) os Kayapó Setentrionais começaram a ser conhecidos no Mato Grosso como "Coróas", desde o século XVII até depois de 1884; a oeste do Araguaia eram referidos desde o início do século XIX como "Kradahú (Gradahô), uma denominação que lhes era aplicada pelos "Karajá de Araguaia", e no Pará eram chamados "Carajás" até por volta de 1918. Coudreau (1897:194-205) ainda em fins do século XIX, apresenta os "Caiapós Paraenses" assim divididos: "Caiapós de Pau d'Arco e Chicão - 1.500, Purucarus - 1.500, Chicris - 500 e Gorotirés - 1.500". Nessa fase estariam espalhados desde a margem esquerda do Araguaia (6º Lat. S.) até a margem direita dos rios Tapajós e seus formadores S. Manoel e Paranatinga (12º ou 13º de Lat. S.), seguindo uma linha diagonal de Paranatinga, através do vale do Manitasauá e Liberdade (tributários do Xingu), e atingido o Araguaia aproximadamente a 9º de Lat. S; (Turner, 1966:5). Com base nos elementos hoje conhecidos através da bibliografia existente, e da memória tribal pode-se dizer que, por volta de 1850, já compreendiam três grandes divisões: Xikrin (Porekru, Kokorekre-Diore e Put-karot) situados desde o Itaipava (afluente do Araguaia) até os tributários do Itacaiúnas (afluente do Tocantins); Ira - amraire (Gradaús ou Kayapó do Araguaia), aldeados pelos campos de Pau d'Arco; e Gorotire, localizados mais para o oeste, na região do rio Fresco (afluente do Xingu).

Os Xikrin (Pore-kru), foram os primeiros a se afastar do núcleo ancestral, consoante as informações históricas existentes, como as diferenças lingüísticas, mitológicas e sociais constatadas entre eles e os Gorotire (Vidal, 1977:22). Em 1859, quando a Missão de Stª Maria do Araguaia travou os primeiros contatos com os Gradaus, essa separação fazia bastante tempo (Ibid.). Após haverem emigrado para a região do Itaipava-Itacaiúnas, dividiram-se os Pore-kru em duas facções (Kokorekre e Put-karot), havendo da primeira se originado o bando Diore, que foi se extinguindo em consequência de epidemias e choques armados com as frentes regionais, enquanto outras junções e separações foram ocorrendo entre aquelas duas outras facções (Ibid.: 25). Após 1930, um dos bandos remanescentes (Put-Karot) transferiu-se para o rio Bacajá (afluente do Xingu) onde ainda se encontra, e o outro que permaneceu no rio Caeteté (Zona do Itacaiúnas), em 1953, face a um desentendimento interno deslocou-se até o Posto Las Casas (Pau d'Arco) onde travou relações amistosas com os sertanistas Leonardo Vilas Boas e Miguel Araujo, retornando em seguida ao Caeteté, com exceção de vinte indivíduos que, mais tarde, foram se agregar aos Gorotire. Pela década de 1890, segundo Coudreau (1897:205) costumavam hostilizar os outros grupos Kayapó juntamente com os Karajá com quem mantinham boas relações. Desde essa fase até bem recentemente, além de seus choques com as frentes pastoris e extrativistas, praticaram os Xikrin repetidas vezes incursões contra os grupos Tupí do Xingu e do Tocantins.

Os Ira-amrãire (Kayapó do Pau d'Arco e do Chicão), cuja separação dos Goroti-Kumrein, verificou-se provavelmente após a dos Xikrin, foram os primeiros a estabelecer contatos amistosos com os brasileiros, a princípio graças os esforços do General Couto de Magalhães, e posteriormente pela ação catequista de frei Gil de Vila Nova, fundador de Conceição do Araguaia., contatos esses iniciados a partir do estabelecimento da Missão Santa Maria Nova, em 1859 (Moreira Neto, 1960:12). Em 1897, estavam distribuídos em quatro aldeias na região do Pau d'Arco, totalizando aproximadamente 1.500 (Coudreau, 1897:194-205). Todavia, face a expansão pastoril que transformou suas terras em pastagens, a exploração do caucho nas matas circunvizinhas com sua participação na extração, transportes e fornecimentos de gêneros de alimentação, e a catequese dominicana, cuja maior finalidade era separar as crianças dos pais orientando-as para uma nova vida, foram eles sofrendo drásticas reduções tanto pelas doenças contraídas como pela disseminação de seus membros (Ibid.,; Ianni, 1978:15-29). Em 1909, encontravam-se reunidos em duas aldeias, em 1921 em apenas uma, em 1940 estavam reduzidos a trinta e poucos, e em 1947, restava uma única mulher no Posto Gorotire, falecida logo depois (Nimuendajú, 1952: 428; Moreira Neto, 1960:77).

Os Gorotire propriamente ditos (principal objeto desta comunicação), foram assinalados por Nimuendajú (1981:mapa), entre os anos de 1862 e 1906, à margem do rio Fresco (afluente do Xingu) com uma das aldeias instaladas no seu tributário ribeirão da Ponte (Id.:1952:428). Porém, o aludido mapa (Id.:1981), já os indica também caminhando para o oeste do rio Fresco, entre seus afluentes Riozinho e Vermelho, onde foram atacados duas vezes pelos caucheiros dirigidos por Antônio Firmino (Id.;1952:428). Em consequência, rumaram mais para o sul indo situar-se acima da Cachoeira da Fumaça (Riozinho), possivelmente no lugar por eles próprios denominado Pikatôti ("extensa e perfeita superfície plana de "campo lindo"), que consideram como sua aldeia ancestral (Posey, 1979:54-56). Desta localização, passaram a fazer "correrias sangrentas" não só contra os habitantes do Xingu (seus inimigos desde o século XVIII), como também contra os dos afluentes dos rios Fresco e Araguaia, raptando numerosas mulheres e crianças (Nimuendajú, 1952:428).

Provavelmente, entre 1905 e 1910, verificou-se a primeira grande cisão no seio dos Gorotire, que resultou na formação do grupo Kubenkragnotí ("cabeças vermelhas") após um duelo entre os chefes das casas-dos-homens, Motere e Wakôkra, havendo sido derrotado o primeiro, o qual, com aproximadamente 250 seguidores, abandonou a aldeia, mas logo retornou para atacar de surpresa o grupo de Wakokra, o qual morreu durante o encontro, havendo ocorrido posteriormente outros conflitos entre as duas facções (Verswijver, 1978:9-83). Em 1916, Nimuendajú (1981:mapa) já assinalou a aludida facção de Motere, que ainda chama Gorotire e não Kubenkragnoti, entre os rios Jarina (Juruna) e Alto Iriri, à margem esquerda do Xingu, nos limites do Pará com o Mato Grosso.

A segunda cisão entre os Gorotire, resultou na formação do grupo Kararaô, (nome do líder de uma das sociedades masculinas), mencionada anteriormente como anterior a dos Kubenkragnoti (Diniz, 1962:34; Arnaud & Alves, 1974:4). Mas que, consoante informações mais recentes de índios Gorotire, sabemos que aconteceu em

fase posterior, ainda pela década de 1910, a cremos no testemunho de Maria Anastácia que afirmou ter sido por eles raptada por volta de 1920, no rio Iriri.

De qualquer modo, sabe-se que os Kararaô, após terem constituído uma unidade distinta, migraram para terras situadas à margem esquerda do Xingu, entre o Iriri e Curuá. Em seguida se dividiram, deslocando-se um dos grupos para o baixo Xingu, entre os municípios de Altamira e Porto de Moz (Arnaud & Alves, 1974:7).

A terceira cisão, verificou-se quando os Gorotire já se achavam aldeados na Cachoeira da Fumaça (Riozinho, afluente esquerdo do rio Fresco), em 1936, entre as duas metades existentes, as quais, passaram a constituir dois grupos distintos, conhecidos desde então sob as denominações de Gorotire (Kapaire ou Djudgetukti) e Kubenkrakegn ("cabeças raspadas"). Pouco antes, entre 1931 e 1935, o bispo de Conceição do Araguaia (D. Sebastião Thomas), efetuara quatro visitas à aldeia da Cachoeira da Fumaça, que denominou "Porto da Paz" (a última acompanhado de interprete "cayapó christão Jacinto Crain"), conduzindo numerosos cunhetes de ferramentas para ofertar aos índios (Prelazia de Conceição... 1936:5). Todavia, segundo informações obtidas na aldeia, tinham os Gorotire, em ocasião anterior, atacado seu inimigo Djore, mas estes, munidos de armas de fogo, os fizeram recuar e, em represália, atacaram "sua grande aldeia dos campos", distante alguns dias da Cachoeira da Fumaça, causando-lhes um número elevado de mortos e aprisionando muitas mulheres e crianças (Ibid.: 55). E dois meses antes da viagem do bispo, mataram os Gorotire os missionários protestantes ingleses (os três Fredericos), que desprezando os conselhos recebidos subiram o Riozinho sem acompanhantes (Nimuendajú, 1952:429).

Assim que deixaram a Cachoeira da Fumaça, os Gorotire seguiram para o baixo Xingu onde derrotaram os Asuriní, retornando para o rio Fresco com diversos prisioneiros e numerosos artefatos (Ibid.). Logo depois, atacaram duas vezes os coletores de castanha-do-pará, e tentaram reconciliar-se com os moradores dos campos do Araguaia, mas não alcançando êxito retornaram ao rio Fresco (Ibid.). Mas no início de 1937, face a precaríssima situação em que se encontravam quanto à subsistência, aproximaram-se do povoado Nova Olinda, então em franca decadência, com pouco mais de 100 habitantes, situado na confluência do rio Fresco com o Riozinho (margem direita). Por intermédio de um dos seus prisioneiros de nome Vicente, raptado no Iriri quando era criança, que ainda "gaguejava o português", entraram primeiramente em contato com os castanheiros "Inocência Severino e sua companheira Raimunda Foguete" (Silva, 1974). Em seguida, os contatos prosseguiram sob a direção do Sr. Pedro Silva, que vivia no local com a família, fazia cinco anos, empenhado na compra e venda de castanha. Conforme suas próprias expressões, assim procedeu inspirado por sentimentos de humanidade por já conhecer o trabalho de Rondon junto aos Parecí, pois, não pretendia ter nenhum vínculo com o Serviço Público (Ibid.). Apesar do pavor demonstrado pelos moradores do povoado (dois a princípio tentaram atirar nos índios), conseguiu Pedro Silva transportar todo o numeroso grupo acampado na margem oposta do rio, utilizando um batelão, o que lhe permitiu conferir o número exato de índios - "844 entre homens, mulheres e crianças" (Ibid.).

Desde cedo, porém, a situação foi ficando calamitosa tanto para os moradores de Nova Olinda como para os índios, que rapidamente consumiram os produtos dos roçados

e as mercadorias destinadas ao aviamento dos castanheiros, que interromperam as atividades, e não mais saíram de casa guardando suas famílias (Ibid.). O Prefeito de Altamira, enviou para Nova Olinda um carregamento com farinha, roupas e terçados, ao mesmo tempo que pedia providências ao S.P.I., que não atendeu ao apelo alegando falta de recursos (Ibid.). Os índios a princípio tímidos e desconfiados, tornaram-se "afoitos e exigentes", muitos já com armas de fogo adquiridas em incursões anteriores, e procuravam obter, outras assim como munições, geralmente roubando, embora dissessem que era para atacar os Kubenkrakegn (Nimuendajú, 1952:430). Alguns índios mudaram-se para junto da missão São José Garapanã, subordinada a Prelazia do Xingu, porém, a maioria permaneceu nos arredores de Nova Olinda (Kraütler, 1979:45). No começo de 1938, quando a "imundície, miséria, doença e fome, reinavam no acampamento do Riozinho", com exceção de um pequeno número que ficou com Pedro Silva, os Gorotire abandonaram o lugar, e logo depois mataram cinco castanheiros no rio Branco (afluente do rio Fresco) (Nimuendajú: 1952:430). Por seu lado, os moradores da Nova Olinda, fugiram para S. Felix, com exceção de Pedro Silva com seus familiares e mais "dois empregados dedicados, Juvenal Rodrigues e Vicente Lopes" (Silva, 1974).

Entrementes, chegou ao rio Fresco o missionário Horácio Banner, da Missão de Evangelização Mundial, que já havia atuado entre os Urubu-Kaapor do Gurupí, instalando-se à margem direita do Riozinho, cerca de légua e meia acima de Nova Olinda, onde plantou uma grande roça de milho (Nimuendajú, 1952:431). Logo começaram a afluir os Gorotire para o local, dispersaram-se em dezembro de 1938, mas retornaram em seguida, permanecendo uma parte com os chefes Adyurení, Be-pren e Be-maití, nos campos do Araguaia, onde mataram três homens que conduziam animais de Conceição para o rio Fresco, possivelmente em represália pela morte de uma índia grávida, praticada por um civilizado (Ibid.). Mas em seguida, "um certo Jacinto Mota com 50 cabras iniciou uma guerra de extermínio contra esses índios", matando 30 no primeiro encontro, 30 no segundo e mais alguns no terceiro, entre os quais os chefes acima aludidos (Ibid.:436).

Após esses massacres os índios que compunham o bando, no total de aproximadamente 150, voltaram para junto dos demais 250 membros do grupo Kapaíre, que já haviam se concentrado junto à missão protestante de Riozinho, por haver Pedro Silva viajado enfermo para Belém, com exceção de 22 que ficaram espalhados em companhia de civilizados à margem do Xingu (Ibid.:442-446). Acrescenta Nimuendajú que, na nova aldeia as habitações não mais formavam um círculo e estavam dispostas em ângulo reto, porém, tinha sido mantida "a instituição da casa-dos-homens" e os índios retornados de Araguaia foram recebidos com uma "recepção guerreira" (Ibid.). Entretanto, não cessaram os Gorotire suas incursões e, por volta de 1939-40, atacaram por duas vezes os Kubenkrakegn com armas de fogo (BRASIL. Arquivo da 2ª Insp... 1937-1967). E na orla campestre distante 20 léguas de Conceição do Araguaia, dois de seus bandos, após terem travado relações amistosas com "famílias cristãs", provavelmente para vingar-se dos massacres sofridos de Jacinto Mota, mataram 10 pessoas (4 mulheres e 6 homens), saquearam as habitações conduzindo panelas, rifles, redes e ferramentas (Ibid.). Todavia na missão do Riozinho sempre obdeceram Banner, cuja atuação destaca Nimuendajú (Ibid.), porque com uma "habilidade notável" fazia-se respeitar por todos os índios não

lhes dando "presentes a esmo", mas exigindo qualquer retribuição inclusive através de serviços, sem que ocorressem reações pelos que não eram atendidos (Ibid). Salaria Nimuendajú os conhecimentos de Banner sobre a língua Kayapó, lamentando não ser ele etnólogo para expor "os preciosíssimos conhecimentos que deveria possuir" (Ibid.). Mas faz restrições sobre sua postura etnocêntrica, pois só notava nos índios "aquilo que se chocava com seus sentimentos cristãos". Quanto a Pedro Silva, reputa-o como amigo dos índios, cuja língua também havia aprendido. E considera ter ele trabalhado esforçadamente para impedir a dissolução de grupo Kapaíre, e denunciado os crimes contra o mesmo cometidos. Porém, não aprova sua forma de combater Banner, nem quando tentava dizer ter sido a pacificação dos Gorotíre obra sua, um vez que fora "obra dos próprios índios que mandaram primeiro seus prisioneiros de guerra como parlamentares" (Ibid.452).

Os Kubekakrakegn, logo após terem se separados dos Gorotíre sofreram uma nova cisão, havendo o grupo Mono-kanê, com aproximadamente 250 indivíduos, sob a direção do líder Tapietê, ido se juntar aos Kubenkragnoti (Verswijver, 1978:9). E em meados de 1939, somando aproximadamente 400, rumaram para o oeste e foram acampar na Serra Encontrada (margem direita do Xingu) às proximidades do barracão de seringalista Constantino Viana (o mais antigo morador do alto Xingu nos últimos 30 anos), o qual, ainda se intitulava "amansador de índios" (Nimuendajú, 1952:433). Os contatos foram pacíficos uma vez que Constantino abriu mão de seus suprimentos em proveito dos índios, mas como estes nada retribuíam abandonou ele Serra Encontrada com os demais 70 moradores e foi se estabelecer mais abaixo no lugar Belo Horizonte (BRASIL. Arquivo da 2ª Inspeção... 1937-1967). Em seguida, parte dos Kubenkrakegn deslocou-se para o lugar Porto Seguro, ocupado pelo comerciante Antônio Coelho da Silva, que logo solicitou providências ao Interventor Federal do Estado (maio de 1940), no sentido de os índios retornarem às suas antigas malocas, pois haviam transformado sua propriedade em "terra de ninguém" embora que, segundo pronunciamento da 2ª Inspeção Regional do S.P.I., fora ele próprio que havia convidado os índios, para se transferirem (Ibid.). De acordo com as notícias surgidas, na fase em questão praticaram os Kubekrakegn várias mortes entre os seringueiros; atacaram a aldeia Gorotíre da Missão utilizando flechas e armas de fogo; foram atingidos na aldeia da Cachoeira da Fumaça por uma expedição punitiva organizada por Antonio Coelho, composta por 25 homens, que teriam repellido com após cerrado tiroteio; e acabaram por sofrer uma outra cisão que resultou na formação de grupo Kokraimoro (nome do chefe dissidente), que, por sua vez, cindiu-se em dois bandos permanecendo um deles na margem esquerda do Xingu e emigrando o outro para o Iriri (Ibid).

No rio Fresco, os Gorotíre cessaram suas incursões e, em 1942, sob a direção de Pedro Silva (já na qualidade de Inspetor do S.P.I.), estavam aldeados no lugar Sobreiro, sito no interior da área cedida ao grupo pelo Governo do Estado, a título precário (Dec. n.3.160 de 19/12/1938), engajados em trabalhos de lavoura e na extração de caucho e castanha para fins comerciais (Ibid.). Porém, conflitos internos continuaram se verificando pela disputa do poder, tendo sido o velho Bemoite abatido a bala pelo "novo valente Capitão Tocôeto e juntamente com seu irmão (Crêcran) e um sobrinho (Ropté-uro)", que logo depois foi também eliminado por ter matado mais vinte

guerreiros, espancado outros e também mulheres (Ibid.).

Nesse ínterim, a Missão de Evangelização Mundial, a pedido do S.P.I., teve cassada sua permissão para continuar fazendo catequese entre os índios, por parte da Presidência da República, mas como Horácio Banner permanecesse em Nova Olinda, pediu Pedro Silva que fosse ordenado seu afastamento, sob pretexto de que estaria ele influenciando os índios para abandonar o Posto (Ibid.). Na realidade, as condições ambientais do Sobreiro eram as piores possíveis, pois, além de ser um lugar insalubre sujeito a constantes inundações que dificultavam sobremodo o desenvolvimento de lavouras, era transitado constantemente por elementos regionais que transmitiam as mais variadas doenças aos índios, cujo número populacional continuava assim decrescendo acentuadamente.

Face as condições precaríssimas em que se encontravam os Gorotire já reduzido a 89 indivíduos, o novo agente do Posto (Cicero Cavalcanti de Albuquerque) em consonância com as figuras mais representativas do grupo, houve por bem transferi-los, no início de 1947, para a zona campestre existente à margem direita do rio Fresco (confluência com o rio da Ponte ou das Pontas), instalando o Posto Indígena e a aldeia, às proximidades do lugar Novo Horizonte já completamente desabitado (Ibid.). Desde então começaram os Kubenkrakeng a visitar o Posto, geralmente armados de rifles, roubados dos seringueiros, mas visando não só reconciliar-se com os Gorotire mas desejando fixar residência junto a estes. Em consequência, entre 1947 à 1951, dois grupos de 47 e 52 indivíduos (no último uma mulher e um homem eram brasileiros raptados) vieram aumentar o contingente populacional do Posto. Um novo acréscimo teve a população local, em 1952, com a chegada dos 20 índios Xikrin que se encontravam no Posto Las Casas. Considerando esse estado de coisas, o Inspetor Cavalcanti solicitou providências da 2ª Inspeção do S.P.I. no sentido de ser obtida a concessão de uma nova reserva de terras para os Gorotire na área do Novo Horizonte, mas ao mesmo tempo recomendou que fosse conservada a antiga, (obtida a título precário em 1938 mas confirmada pelo decreto 304 de 21 de março de 1945), que vinha já sendo cobiçada pelos seringalistas, pois, não só estava ainda sendo utilizada pelos Gorotire como permaneciam aldeados no seu interior os Kubenkrakegn (Ibid.).

Em razão de entendimentos havidos com os chefes Kubenkrakegn que visitaram o Posto, o Inspetor Cavalcanti empreendeu ainda em 1952, uma viagem com pleno êxito à aldeia do Riozinho (Cachoeira da Fumaça), juntamente com vários índios e dois jornalistas da revista "Cruzeiro" (Arlindo Silva e José Medeiros). E logo depois empreendeu uma outra, através da mata, com guias indígenas, e acompanhado de um geólogo do Ministério da Agricultura. Desde então deixaram os Kubenkrakegn de incursionar pelo Xingu tal como já procediam os Gorotire. Acontece que, logo depois, foram atingidos por uma epidemia de sarampo, que, em poucas semanas, causou cerca de 60 baixas em sua população então variando entre 300 a 400 indivíduos, e teria sido muito pior se o missionário Trapp, não os tivesse socorrido com alimentos e medicamentos (Turner, 1966:62). Também por essas alturas, tendo sido estimulados a trabalhar na extração de caucho e castanha-do-pará para fins comerciais, diminuíram as atividades de lavoura e tiveram de ser socorridos com suprimentos alimentares pelo S.P.I. (Arnaud, 1971:13). Todavia, em decorrência da assistência contínua que passaram a receber do S.P.I. com a cooperação da Missão Cristã Evangélica do Brasil (ex-Missão de Evangelização Mundial), outras epidemias que atingiram o grupo não chegaram a provocar mais uma tão acentuada baixa populacional como a acima mencionada. E os excedentes econômicos passaram a

produzir regularmente sem prejuízo para a alimentação.

Em janeiro de 1956, de acordo com os Avisos Mensais dos respectivos Postos Indígenas, os Gorotire e os Kubenkrakegn apresentavam os seguintes índices populacionais: Gorotire - índios assistidos - homens 40, mulheres 46, menores 12 anos sexo masc. 71, sexo fem. 60, total 217; Nilo Peçanha (Kubenkrakegn) - índios assistidos - homens 81, mulheres 103, menores 12 anos sexo masc. 85, sexo fem. 71, total 340 (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção...1937-1967). Ambos os postos se achavam equipados com estações de radiofonia e campos de pouso para aviões.

Uma vez apreciadas as situações havidas com os Gorotire e os Kubenkrakegn, a partir de então até quando ficaram permanentemente assistidos pelo S.P.I., passamos a focalizar os demais grupos de igual origem, hoje conhecidos pelas denominações de Kubenkragnetí, Kararaõ e Kokraimoro, mas que, no decorrer de suas incursões, eram referidos indistintamente como Kayapó. Como vimos, em seguida as separações, caminharam para o oeste e para o norte, e acabaram por dominar grande parte de um vasto território situado entre o Xingu e o Tapajós, envolvendo a bacia formada pelos rios Iriri e Curuá, face ao abandono dos seringais aí existentes em razão da queda do preço da borracha.

Os Kubenkragnetí, segundo a memória tribal, após a separação do núcleo original, teriam habitado em pelo menos seis aldeias ("roikõre, ngrwa-kre, krãdkabëron, rikrekõre, adjtire-kre-kun e kumiõkõ), e entraram em conflito não só com os brasileiros e com os índios "krãyakar (Kremkarore), Ngairõn (Juruna e Xipaya), Kubënkee-no_tí (Kuruaya) Mundurukú e Kruatire (Suyá)" (Verswijver, 1978:85). Entretanto, nenhum outro dado etnográfico tivemos ocasião de verificar sobre esses prováveis conflitos e a fase em que ocorreram, a não ser o breve registro de Nimuendajú (1952:429) que refere o ano de 1918 como o da primeira incursão dos "Gorotire" (certamente os Kubenkragnetí) no Curuá, que a princípio evitavam penetrar com receio dos Kuruaya, os quais acabaram por derrotar em 1934.

Suas incursões, assim como as dos Kararaõ, objetivando sobretudo a obtenção de amas de fogo, ao que tudo indica começaram a tomar vulto já nos últimos anos da década de 1930. Em 1937, o delegado de polícia de Altamira informou que "os Caiapós bravios", inimigos dos de Nova Olinda, tinham efetuado dois ataques no rio Iriri, matando dois homens, duas crianças ferindo uma mulher e raptando uma jovem (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção...1937-1967). Em 1939, o inspetor fiscal de Boim (baixo Tapajós), comunicou que, na margem direita do rio, vários povoados foram atacados pelos Kayapó, possivelmente as mesmas incursões mencionadas por Nimuendajú (1952:433), como ocorridas abaixo de Itaituba "nas terras de Henry Ford".

Ainda em 1939, os Kararaõ do baixo Xingu, após vários ataques, resolveram entrar em contato pacífico com os habitantes regionais, à margem direita do Igarapé Penetecaua (afluente do Jaracu), havendo o prefeito de Porto de Moz, em conexão com o S.P.I. tentando fixá-los no local, mas isso lhes foi calamitoso, pois, vários deles logo faleceram vítimas por doenças (Ibid.: 432-433). Em seguida, com exceção da mulher Maria Anastácia, anteriormente mencionada, que resolveu retornar ao meio civilizado, internaram-se na mata "espontaneamente ou enxotados a tiros", raptaram

uma mulher e passaram a hostilizar os moradores locais (Ibid.). Mas no início de 1940, doze membros do grupo que, após haverem acampado sem incidentes em Altamira, se aproximaram do porto de Vitória, foram mortos a tiros por alguns seringalistas e empregados da rodovia Vitória-Altamira, quando dormiam numa habitação, tendo os assassinos banhado seus corpos com gasolina e ateando-lhes fogo a seguir (Arnaud & Alves, 1974:8). Apenas um homem de nome Unkuã, conseguiu fugir e após ter sido recolhido em Altamira por Horácio Banner dirigiu-se para a aldeia Gorotire (Ibid.).

Em 1941, segundo informou o inspetor João Batista Chuvas (chefe do Posto Mundurukú), os Kayapó realizaram dois ataques na zona do Tapajós. No primeiro verificado no rio Jamachim então explorado por caucheiros, mataram "6 homens, 4 mulheres, 7 crianças e conduziram 2 moças de 12 à 14 anos e mais 6 crianças" (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção.... 1937-1967). E no segundo, ocorrido no lugar São José, roubaram "armas, munições, roupas, etc.", mataram uma mulher e duas filhinhas suas, e conduziram 2 meninas (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção.... 1937-1967).

Em um terceiro assalto, no rio Triunfo (afluente esquerdo do Xingu), mataram um comerciante, o comissário de polícia, sua esposa e filhos, no total de 9 pessoas, e conduziram 11 rifles, munições e mais mercadorias encontradas, havendo em seguida danificado um barracão, um engenho e um aviamento de farinha (Ibid.).

Ocorrências semelhantes e cada vez mais frequentes desde então passaram a ser noticiadas, em razão de os seringais terem voltado a ser explorados com mais intensidade, mediante financiamento do Banco da Borracha S.A., e devido uma melhor cotação que o produto alcançou, face a ocupação das plantações asiáticas pelos japoneses. Em 1943, consoante uma mensagem procedente de Altamira, na região de Tucatan (alto Iriri), mais de 30 seringueiros estavam impedidos de trabalhar, devido as ameaças dos silvícolas, "armados de rifles e dispostos a oferecer resistência"; é que na região do Riozinho do Anfrísio, haviam sido mortos à bala cinco seringueiros e retidos cerca de sessenta, e os poucos que se aventuravam ao serviço agiam "em grupos de três por estrada", e não individualmente, com grande prejuízo para a produção. E em uma carta do mesmo ano, que vários seringalistas enviaram à Interventoria Federal do Pará (aliás extremamente fantasiosa) acreditavam os missivistas que os atacantes não poderiam ser mais considerados índios, mas bandoleiros que viviam exclusivamente roubando e matando, dirigidos por criminosos fugidos da polícia, entre os quais destacavam um homem velho de nacionalidade estrangeira que dirigia "uma tribo com mais de 7 mil índios" (Ibid.).

No entanto, em contraposição, no início de 1945, um seringalista do Xingu instalado no lugar Belo Horizonte, de nome Inácio Antônio da Silva, dirigindo um bando composto de quinze cabras, massacrou nove índios Krokaimoro e, em seguida, o seringalista Pedro Lemos com toda a família no total de nove pessoas, e acusou os índios como autores dos últimos assassinatos. Uma vez apurados os fatos, por iniciativa do S.P.I., vieram ele e os demais componentes de seu bando presos para Belém. Porém, decorrido pouco tempo tiveram facilitada a fuga pela própria polícia, nunca mais sendo conhecido o paradeiro de Inácio. Alguns dos outros criminosos foram recapturados, e pelo menos dois foram submetidos mais tarde a julgamento, mas nem mesmo o que foi condenado chegou a cumprir a pena que lhe foi imposta (Ibid.).

Na medida em que iam chegando as denúncias a respeito dos ataques dos Kayapó, o S.P.I. e o C.N.P.I. não só revidavam as acusações como faziam sugestões julgadas oportunas a fim de que fosse modificado o estado de coisas existente. Através de uma exposição dirigida ao C.N.P.I. declarou o S.P.I., que os indígenas atacavam porque não tinham mais para onde recuar, pois, face "a necessidade de borracha", estavam sendo feitos "contratos, acordos e concessões" em terras ocupadas por índios. Em vista disso, sugere que, em todas as concessões feitas para exploração de borracha, caucho, etc. fosse expedido um decreto ressaltando as terras indígenas (Ibid.). Em outro documento endereçado ao Interventor do Pará, o C.N.P.I. faz as seguintes considerações: que, os índios que trabalhavam para os seringalistas se achavam em igual ou pior situação de penúria e insegurança que os demais seringueiros; que, nos arrendamentos de terras feitos pelo Estado, não ocorria "a necessária distinção entre terras devolutas e terras de índios, daí os inevitáveis conflitos"; e que, os revides por parte dos índios, "aliás em legítima defesa" eram sempre propalados exageradamente para justificar "violências e atrocidades por tais aventureiros cometidas"... (Ibid.).

Na realidade, esses pronunciamentos das partes em choque, em nada contribuíam para a solução do problema. Se de um lado o Governo do Pará por interesses políticos e em benefício da própria receita tributária, procurava arrendar o mais possível suas terras devolutas a particulares, ignorando as áreas habitadas por indígenas. De outro, o Governo Federal não vinha concedendo ao S.P.I. verbas suficientes para um melhor desenvolvimento de seus trabalhos de atração na região sul do Pará, onde os choques armados entre os índios e as frentes de expansão tornavam-se cada vez mais sérios. E em consequência, iam ficando também mais tensas as relações entre os seringalistas (apoiados pelas autoridades estaduais, parlamentares e associações empresariais) e os funcionários da 2ª Inspetoria Regional do S.P.I.

A partir de então, o S.P.I. passou a ser apontado pelos seringalistas como responsável pelo fornecimento de armas e munições para os Kayapó, que incursionavam nos rios Iriri e Curuá, especialmente o Inspetor Cícero Cavalcanti, e costumavam dizer que, se não eram os Gorotire e os Kubenkrekegn, tratavam-se de índios que com estes mantinham relações. Por essas alturas chegou-se até a sugerir a formação de "turmas suicidas" para tentar a pacificação dos Kayapó bem como a participação de unidades militares nas expedições (Ibid.). A situação tornou-se ainda mais crítica em meados de 1951, por haverem sido encontrados no porto de Vitória-Altamira, num carregamento com a marca do S.P.I., destinado ao Posto Gorotire, diversos cunhetes com cartuchos, chumbo e alguns barris de pólvora. Uma vez dado o alarme, pressionado pelos seringalistas que se achavam em Altamira, o delegado de polícia apreendeu a munição, comunicando o fato ao chefe de polícia do Estado que transmitiu ao Governador, o qual, logo isentou a direção do S.P.I. da responsabilidade que lhe era imputada, mas considerou como verdadeiras as acusações formuladas contra o Inspetor Cavalcanti. E o presidente da Associação Comercial do Pará, por sua vez, ofereceu-se para cooperar nos trabalhos de pacificação dos Kayapó, desde que o aludido inspetor fosse afastado do Xingu. Porém, o Diretor do S.P.I. respondeu-lhe dizendo que a cooperação seria bem recebida, mas não julgava com a obrigação de mudar de critério quanto ao julgamento de seus funcionários, pois, sabia, realmente aqueles que atendiam às necessidades do órgão (Ibid.). Em seguida, o Diretor do S.P.I. (José Maria Malcher) designou outro servidor para dirigir os trabalhos de atração do Araguaia e do Xingu (Dorival Pamplona Nunes) o qual, porém, atuou apenas na área do Araguaia que ainda era incursionada pelos Xikrin. Porém,

manteve o Inspetor Cavalcanti à frente do Posto Gorotire, onde, como vimos vinha realizando ele um trabalho significativo a partir do início da recuperação do grupo em 1946-47, então ameaçado de extinção (uma obra exclusivamente sua), e também estava concluindo com eficiência a pacificação dos Kubenkrakegn.

As munições apreendidas foram por fim liberadas, após entendimentos havidos entre o S.P.I. e a 8ª Região Militar e também com a anuência do Governo do Estado. No entanto, os acontecimentos tinham sido divulgados amplamente e chegado não só ao âmbito do Congresso Nacional, bem como da própria Presidência da República, a quem uma comissão de seringalistas do Xingu, acompanhada do deputado federal Gabriel Hermes Filho, foi pessoalmente solicitar providências no sentido de cessarem os ataques dos Kayapó, pois, segundo suas expressões, a economia da região "estava ameaçada de um colapso total" (Arnaud 1971:2). Em consequência, foi criada uma "Comissão de estudos e planejamento do problema índio no Pará", composta dos seguintes membros: Presidente - Darcy Ribeiro etnólogo do S.P.I.; relator - Napoleão Figueiredo, representante do Governo do Pará; major Edmundo da Costa Neves, representante da 8ª Região Militar; Max Boudin, etnólogo do S.P.I.; e Telesforo Martins Fontes, chefe da 2ª Inspeção Regional do S.P.I. (Ibid.). Uma vez concluídos os estudos a Comissão formulou as seguintes sugestões: orientação dos trabalhos de pacificação nos moldes tradicionais do S.P.I. e levados a efeito por turmas integradas por pessoal hábil e experimentado; emprego de transporte aéreo, em vista da expansão enorme da área dominada pelos índios; e encaminhamento ao Governo do Pará, de um memorial solicitando a concessão, em caráter definitivo, das terras ocupadas pelos índios depois de caracterizada a delimitação (Ibid.). E em conclusão, face a insuficiência das verbas do S.P.I., foi pedida a consignação no orçamento da Superintendência do Plano da Valorização da Amazônia (SPVEA), a partir de 1952, de uma dotação anual de dois milhões de cruzeiros para a execução do mencionado plano (Ibid.:4).

Com respeito a concessão pelo Estado do Pará de uma reserva de terras para os Kayapó, foi formada outra Comissão com a participação de dois representantes do S.P.I., um engenheiro da Secretaria de Terras do Estado, prefeito de Altamira, presidente da Associação Comercial de Altamira e vigário provincial do Xingu. Após uma viagem efetuada ao Xingu e ao Iriri por aquele engenheiro e um dos representantes do S.P.I. através de memorial dirigido ao Governo do Estado (22 de março de 1952), sugeriu a Comissão a concessão de uma "Reserva para os Índios Kayapó", em linhas gerais, tendo como ponto central a Serra Encontrada no Xingu, partindo daí rumo a oeste até atingir o rio Iriri no lugar denominado Cocal e rumo a leste até a margem esquerda do rio Fresco, alcançando a embocadura do rio Vermelho, afluente do Riozinho. Ficou estabelecido que o "Posto Gorotire como Posto de Atração" fosse paulatinamente mudado para a boca do rio Vermelho, restando ao S.P.I. na área do Novo Horizonte somente o direito de continuar com o campo de pouso para aviões e as residências dos funcionários. E quanto à área da antiga Reserva, situada à margem do rio Fresco, entre a cachoeira do Limão e o Riozinho, ficou assentado que a mesma seria considerada oportunamente devoluta, após entendimentos entre os Governo da União e do Estado (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção... 1937-1967).

Ao ter conhecimento do teor do memorial acima, o S.P.I. pediu ao Governador do Estado, através de uma exposição de motivos elaborada por Darcy Ribeiro, para serem alterados e ampliados os limites propostos, principalmente pela margem direita do rio Fresco, pois, nesta faixa encontrava-se não só o Posto do S.P.I. como a aldeia dos Gorotire, cujo retorno para a outra margem do rio Fresco não mais se justificava (Ibid.). E em anexo encaminhou o S.P.I. ao governador um novo ante-projeto de lei ampliando os limites do anterior, o qual no seu artigo 2º estabelece que a área solicitada se destinaria ao usufruto perpétuo dos Kayapó, ficando assim nulo, de pleno direito, qualquer ato de cessão, transferência ou alienação dessas terras no todo ou em parte em benefício de terceiros. E que a exploração de produtos de indústria extrativa, só poderia ocorrer por parte dos Kayapó ou por outros índios que aí fossem localizar-se (Ibid.).

Com base nos aludidos documentos, o Governador enviou uma mensagem à Assembléia Legislativa, acompanhada do respectivo Projeto de Lei. Entretanto, o relator da matéria (deputado Silvio Meira) manifestou-se contra a aprovação do Projeto, por considerá-lo "profundamente contrário aos interesses do Estado" - "um verdadeiro território dentro do Pará" - , por se tratar de uma região riquíssima que no futuro poderia ser conquistada pela civilização". E que o S.P.I. poderia desempenhar sua missão sem necessidade de receber uma tão imensa extensão, a título gratuito (Ibid.). Ao ter conhecimento desse parecer, Darcy Ribeiro voltou a se pronunciar contrapondo-se ao deputado relator da matéria, explicando que, a concessão dessas terras, era fundamental para a pacificação dos Kayapó, e tratava-se de uma faixa ocupada somente por índios sem que tivesse sido até então habitada por civilizados. E acrescenta que, numerosos índios do Brasil sob a orientação do S.P.I. vinham participando da economia nacional como grandes produtores, entre os quais os Mundurukú que, como extratores de borracha, pagavam os impostos devidos como qualquer cidadão (Ibid.). A despeito porém dessas justificativas e do interesse demonstrado pelo Governador o projeto nunca chegou a ser aprovado pelo Legislativo (Arnaud, 1971:4).

O plano elaborado pela Comissão criada em 1951 para a pacificação dos Kayapó foi aprovado pela Presidência da República, em 1952, porém, a dotação de dois milhões de cruzeiros solicitada iria ser liberada já no ano seguinte. Apesar disso, o chefe da 2ª Inspeção Regional enviou uma expedição ao Iriri no sentido de proceder os primeiros reconhecimentos na área, como base para a intensificação dos trabalhos de atração no ano seguinte. Mas como não surgiram logo os resultados esperados e os Kayapó voltaram a atacar em alguns pontos, novas críticas contra o S.P.I. continuaram a ser feitas pelos seringalistas havendo um deles declarado que nada mais lhes restava a não ser emigrar para outras terras, já que parecia ser mais fácil "expulsar uma dúzia de seringueiros cansados e envelhecidos" de que fazer a chefia da 2ª Inspeção Regional entrar em contato com "os Caiapós bandoleiros e movediços" (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção... 1937-1967).

Todavia, em contraposição aos seringalistas, um servidor do S.P.I. de nome Lito Cavalcante que, posteriormente, preferiu abandonar o emprego como medo de sofrer represálias, declarou através da imprensa de Belém que, no rios Curuá e Iriri, os Xipaya e os Kuruaya além de serem "explorados miseravelmente pelos seringalistas", eram

também usados como "caçadores de índios Caiapós" (Ibid.). No sentido de melhor provar essas suas afirmativas, disse que, os Kuruaya e Xipaya, constituíam "a maioria dos braços de Curuá", eram "ótimos seringueiros, bons castanheiros, excelentes navegadores", porém, instruídos pelos seringalistas, também realizavam caçadas contra os Kayapó, e costumavam alguns deles exhibir como troféus as orelhas dos que haviam abatido. Acrescenta que, cerca de 40 homens, tinham efetuado "uma batida" contra uma aldeia Kayapó, havendo os índios em revide atacado um barracão existente no igarapé Baú (Ibid.).

Outras acusações semelhantes foram formuladas no mesmo ano por Ary Preihs, através de relatório enviado a 2ª Inspeção Regional, com vários detalhes e mencionando nomes de pessoas participantes de expedições punitivas, sendo que, em uma delas, verificada no rio Jamachim na altura do igarapé Mariano Teles os expedicionários teriam surpreendido um grupo Kayapó acampado com "grande quantidade de cunhetes de balas, caixas de cartuchos, etc." mas tiveram de bater em retirada com os índios "em seus calcanhares", embora não houvessem sofrido mortes (Ibid.). Essas expedições eram formadas por extratores de borracha e por outros elementos que trabalhavam nos barracões com prejuízo assim para a produção, pois não dispunham os seringalistas mais de recursos suficientes para manterem permanentemente cabras armados, como no tempo do apogeu da borracha, conforme observou Nimuendajú (1952:436). E como os Kayapó, embora sofrendo baixas acabavam por levar a melhor, continuavam os seringalistas apelando por todas as formas no sentido de que fossem eles pacificados.

De acordo com o que havia sido prometido ao S.P.I. foi liberada em 1953, a dotação de dois milhões de cruzeiros pela SPVEA e mais um milhão em 1954. Os trabalhos de atração puderam assim ser dinamizados em varias frentes, desde o Tocantins ao Iriri-Curuá, mas ao mesmo tempo, os recursos recebidos tiveram de ser utilizados não só diretamente na manutenção das expedições como na abertura de campos para aviões, aquisições de estações rádio-telegráficas, motores, etc. De qualquer modo, os trabalhos alcançaram exito na pacificação dos índios de Tocantins (Akuáwa-Asuriní e Parakanân), Itacaiúnas-Araguaia (Xikrin) e também no rio Fresco onde, como vimos, foi consolidada a pacificação dos Kubenkrakegn. Mas na área do Iriri-Curuá a situação não chegou a sofrer alterações, e não havendo sido liberada a parcela de hum milhão de cruzeiros, prometida para 1955, os serviços foram paralisados.

Segundo as notícias que continuaram a ser propaladas através da imprensa e de modo cada vez mais impressionável, os Kayapó continuavam roubando e praticando novos morticínios na região situada entre o Iriri e o Tapajós. Em uma delas (Provincia do Pará de 20/07/55) foi relatado que, o seringal Limão de Antonio Meirelles, onde trinta homens se achavam extraíndo borracha, foi atacado de surpresa por "índios enfurecidos que, armados de arcos, flechas, terçados e rifles destruíram completamente o barracão ali existente" (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção... 1937-67). E em meados do ano seguinte saquearam os Kayapó no lugar Pimental (Tapajós), um barracão da firma Arruda, Pinto & Cia. (sucessora da Alto Tapajós S.A.) conduzindo cunhetes de cartuchos, terçados, fazendas, farinha de mandioca, tabaco, etc. , e danificaram várias outras mercadorias existentes. Porém logo depois, uma expedição composta de diversos seringueiros e de dois índios Mundurukú, foi enviada ao encalço deles surpreendendo-os pela madrugada sob

cerrado tiroteio, e causando-lhes cerca de vinte baixas. Os sobreviventes fugiram desordenadamente e possibilitaram aos atacantes recuperar grande parte daquelas mercadorias e retornar também com artefatos indígenas deixados no acampamento e até com os labiais batoques dos índios abatidos (Cavalcanti, 1956).

Ainda pela metade da década de 1950, sensíveis alterações começaram a processar-se no S.P.I. que passou a ser considerado um órgão de interesse político, sob a influência do Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.) e logo depois também de interesse militar. Em vista disso, elementos ligados à tradição rondônica foram se desligando (ou sendo desligados) da instituição entre os quais José Maria Malcher, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Telesforo Martins Fontes. Tais alterações possibilitaram aos seringalistas do Xingu e do Tapajós estabelecer uma política de boas relações com o S.P.I., conseguindo o afastamento da região ou de cargos de confiança no âmbito da 2ª Inspeção Regional de elementos que lhes preciam contrários aos seus interesses especialmente os inspetores João Chuvas e Cicero Cavalcanti. E desde então, a Diretoria do S.P.I., começou a fazer vista grossa em tudo que dizia respeito aos delitos cometidos contra índios na área em questão, havendo simplesmente arquivado sem maiores preocupações o meticuloso relatório do inspetor Cavalcanti relacionado a expedição punitiva levada a efeito pela firma Arruda, Pinto & Cia. antes mencionada.

Após a curta estada de um funcionário do sul do país, à frente da 2ª Inspeção Regional, o qual, por circunstâncias outras foi afastado do cargo, conseguiram os seringalistas fazer a Diretoria do S.P.I. designar em seu lugar o sertanista Francisco Meirelles, famoso nacionalmente como pacificador dos⁵ índios Xavante. Uma vez a frente da Repartição começou ele desde logo dedicando essencialmente sua atenção para o problema Kayapó, com ampla cooperação dos seringalistas e aplicando todos os recursos que lhe chegavam, tanto da dotação orçamentária do S.P.I. como da SPVEA que lhe passou a proporcionar, regularmente, a importância de hum milhão de cruzeiros, anualmente.

Aplicando seu largo conhecimento no assunto, organizou Meirelles uma turma de atração com a participação de servidores com experiência adquirida entre os grupos Kayapó já pacificados e cuja língua conheciam, assim como de índios Gorotire, preferencialmente aqueles que poderiam ainda ter parentes entre os grupos do Iriri. E considerando que, as incursões realizadas pelos Kayapó arredios, tinham como principal objetivo a obtenção de armas e munições, tratou de adquirí-las tanto quanto possível para ofertá-las aos índios que fossem contatados. Assim sendo, pôde realizar no curto espaço de tempo de dois anos (1957-1958) a atração dos principais grupos Kayapó que se achavam localizados nas terras compreendidas entre o Xingu e o Tapajós.

Segundo um relatório enviado à SPVEA pela 2ª Inspeção do S.P.I. (15/02/1958), logo no ano de 1957, foram pacificados quatro dos grupos Kayapó, na zona do Iriri-Curuá, por uma turma composta por cerca de 40 homens, entre os quais se encontravam vários índios Gorotire liderados pelo de nome Ukakore. O primeiro contato realizou a turma no alto Iriri (igarapé Preto) com um dos bandos Kokraimoro, chefiado pelo índio Iracury, somando 33 indivíduos, havendo o aludido chefe concordado com a proposta de paz que lhe foi feita, após calorosas discussões sobre fatos passados, inclusive o que ocasionou a cisão havida no seio do grupo e no qual seu bando foi derrotado (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção... 1937-1967).

O segundo contato verificou-se com o grupo Kararaô situado no igarapé de Limão (afluente do Curuá), cuja aldeia foi alcançada através de um caminho em que se encontravam camufladas estrepes de paxiúba, para atingir aquele que procurasse se "atirar no chão, ao ser atacado a tiros pelos índios emboscados". Feita a aproximação, primeiramente com os índios velhos e as mulheres que se achavam na aldeia, prosseguiram os entendimentos depois da chegada do "cacique Nheitiuarê" com o restante do grupo, entre os quais se achavam duas mulheres civilizadas raptadas quando crianças no rio Tapajós. No decorrer do encontro em que foram distribuídos "5 espingardas novas, 2 rifles, 40 machados, 100 terçados" etc., Nheitiuarê discursou longamente explicando a seus liderados haver concordado em não mais atacar os seringueiros. E como prova de sua sinceridade ofereceu-se para viajar com mais outros elementos do grupo com a turma do S.P.I. (Ibid.). Segundo o relatório enviado a SPVEA os Kararaô somavam 105, porém, de acordo com informações posteriores eram apenas 38, (Arnaud, 1971:14), não nos sendo possível dizer se houve equívoco na primeira ou na segunda informação ou ocorreram baixas no intervalo entre ambas.

O terceiro contato teve lugar no igarapé Bom Futuro (Curuá), com um dos bandos Kubenkragnotí, por intermédio da mesma turma de atração, mas também com a participação de Nheitiuarê e mais dois índios Kararaô, os quais, como vimos, resolveram acompanhar a expedição. As propostas de paz apresentadas ao líder do grupo de nome Airuty, foram também aceitas, havendo este se mostrado satisfeito porque alguns de seus parentes tinham ido procurá-lo. Esclareceu que, costumavam hostilizar os habitantes regionais, porque eram eles "ricos, tinham espingardas, facões e muitas outras coisas... e nada lhes davam, e então tinham que matar para adquirir" (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção... 1937-67). Com o propósito de consolidar a pacificação, determinou o sertanista Meirelles a permanência na aldeia, além dos índios Gorotire e dos Kararaô, de mais dez homens da turma, entre os quais o interprete Eurico Alves. Foram deixados na aldeia 4 rifles, 10 espingardas, 100 terçados, 60 machados, 10 quilos de miçangas, roupas, redes, tesouras, etc". Nenhuma referência é feita no aludido relatório quanto à população do grupo, que, segundo informações posteriores, poderia alcançar o total de 150 (Arnaud, 1971:14).

O quarto desses contatos foi executado, ainda em 1957, por uma turma dirigida pelo sertanista Raimundo Pinto de Araujo, o qual incorporou à mesma os 33 Kokrainoro recém pacificados. De acordo com a previsão feita, saiu a turma do Alto Iriri rumo a leste, até alcançar a aldeia do outro bando da mesma origem, composto de 73 indivíduos; aldeado no Riozinho do Iucatan (afluente do Iriri). E após reconciliar as duas facções, prosseguiu a turma na mesma direção alcançando o XIngu às proximidades da Serra Encontrada onde acampou. Tendo se verificado duas baixas no decorrer da caminhada que durou mais de 50 dias (1 velha e 1 menina), chegou o grupo com um total de 104 indivíduos (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção... 1937-1967).

Em meados de 1958, o sertanista Meirelles levou a efeito uma quinta expedição objetivando estabelecer relações com o maior dos grupos Kubenkragnoti então situado no alto Iriri. A expedição integrada por cerca de 50 pessoas, na maioria índios dos outros grupos Kayapô, subiu em duas embarcações até o igarapé Candoca onde

acampou. Em seguida, foram destacados 30 dos índios, dirigidos pelos caciques Kakore e Matinõ, e mais 5 interpretes do S.P.I., os quais, após 14 dias de viagem pela mata, conseguiram alcançar a aldeia então localizada no igarapé Sabují (Ibid.). O encontro foi satisfatório de igual modo como nos casos anteriores, havendo os expedicionários permanecido 14 dias na aldeia. No retorno, vieram acompanhados de numerosos índios liderado⁵ pelos "caciques Airutí e mais 4 jovens capitães", havendo o primeiro, através de um longo discurso, declarado que não voltaria a atacar mais os civilizados (Ibid.). No momento, lhes foram distribuídos "trinta espingardas e um rifle para cada capitão", e dois dias após, mais outras armas, munições e mercadorias diversas que chegaram por um avião Catalina (Ibid.). No dia seguinte ao do contato, a expedição iniciou a viagem de regresso, tendo Meirelles recomendado a Airutí para retornar à aldeia e aí aguardasse as notícias que lhe seriam enviadas por intermédio dos índios do Curuá que participavam da expedição (Ibid.). Segundo Verswijver (1978: 6-7), embora o sertanista Meirelles pudesse ignorar, os componentes do grupo, que tinham como principais líderes os índios Kretire e Bebgogotí, eram os mesmos contatados pelos irmãos Villas Boas, em 1953, quando habitavam em duas aldeias pelas alturas da cachoeira Von Martius no Alto Xingu (Mato Grosso), com 300 e 400 indivíduos cada uma. Identificaram-se para os irmãos Villas Boas como Metuktire, mas os Juruna os chamavam Txukahamãe e os índios Karib Aveotó (gente sem arco em ambas as línguas), porém, nada mais eram que os "velhos Kubenkragnotí" (Ibid.: 99-100).

A 2ª Inspeção do S.P.I. pôde continuar mantendo "contatos mais ou menos permanentes, embora menos eficientes do que seria desejável" com o grupo Kubenkragnotí-Kararaô do Curuá (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção... 1937-1967). Porém, quanto aos Kubenkragnotí do Alto Iriri, que acabamos de apreciar, somente informações recebeu dos índios do Curuá, sobre um provável conflito havido no seio do grupo, que resultara no afastamento dos índios Atuõre e Kroere, com numerosos seguidores, que não teriam aprovado as promessas feitas pelos líderes Airutí e Bebgogotí, de não atacarem mais os seringueiros (Ibid.). Em visto disso, uma nova expedição foi organizada por Meirelles com a participação do Diretor do S.P.I. (Cel. Moacyr Ribeiro Coelho), de alguns cinegrafistas (inclusive da TV Tupi) e de diversos interpretes do S.P.I. e indígenas (Ibid.). Com respeito aos resultados, face a forma incompleta como foram redigidos os respectivos textos (Bol. 54 e 56 do S.P.I. de 1962), pode-se apenas dizer, que na aldeia, foram encontrados apenas "cento e poucos índios em vista de estarem os outros viajando para as bandas do Xingu". E que, quando interpelados, reafirmaram os Kubenkragnotí os propósitos de amizade para com os civilizados, ao contrário dos índios do mesmo grupo que se achavam no Parque do Xingu, contra os quais teriam feito "graves acusações" (Ibid.). No entanto, reaproximações e separações continuavam ocorrendo entre os Kubenkragnotí. Em 1962, 30 homens abandonaram uma de suas aldeias e foram se incorporar entre os Kubenkrakegn, mas foram mortos acusados de praticar feitiçarias, com exceção de 8 removidos a tempo pelo S.P.I., via aérea, para o Posto Gorotíre, e de mais um já considerado filho adotivo do mais respeitável chefe Kubenkrakegn (Verswijver, 1978:104-112). De qualquer modo, os índios Kubenkragnotí que permaneceram no Sabují (Alto Iriri) sob a liderança de Bebgogotí, somando 250 indivíduos assim como os do Curuá, passaram a ser considerados definitivamente como unidades distintas dos demais grupos da mesma origem que foram atraídos para o Parque Indígena do Xingu, onde ganharam

a denominação de Txukahamãe.

Uma vez concluídas essas pacificações, puderam ser finalmente confirmadas serem inverídicas as acusações formuladas contra a 2ª Inspeção do S.P.I. e o Inspetor Cavalcanti, no que dizia respeito ao fornecimento de armas e munições para os Kayapó que incursionavam nos rios Iriri-Curuá e no Tapajós, os quais, como vimos, não pertenciam aos grupos Gorotire e Kubenkrakegn, mas a outros deles apartados fazia bastante tempo e que tinham se tornado seus inimigos. De qualquer modo, conseguiram os acusadores alcançar seus objetivos e, em reconhecimento aos resultados alcançados, dirigiram ao Diretor do S.P.I., ainda em 1958, o seguinte telegrama: "Vimos manifestar os nossos aplausos pela magnífica e eficaz administração de V. Sª á frente do Serviço de Proteção aos Índios, resolvendo o grave e antigo problema de pacificação dos índios Caiapó. V. Sª. e seus dignos auxiliares da IR2, á frente da qual se encontra a figura extraordinária do sertanista Francisco Meirelles, reconduzem o Serviço de Proteção aos Índios a seus antigos dias de glória, impondo-se novamente ao respeito e á admiração pública. A valiosa obra de V. Sª. vem prestando jamais será esquecida. Respeitosamente" (BRASIL. Arquivos da 2ª Inspeção... 1937-1967).

Na realidade, embora ainda existissem entre o Xingu e o Tapajós, alguns grupos indígenas arredios, inclusive Kayapó, uma vez que se achavam em áreas menos atingidas pelas frentes extrativistas de borracha e castanha-do-pará, o problema poderia ser considerado solucionado para os detentores do poder econômico regional que conseguiram consolidar a posse de suas antigas colocações, e provavelmente melhorar suas rendas através de uma mais intensa exploração daqueles produtos naturais. A mesma coisa não se poderia dizer com respeito aos índios que tinham sido pacificados, pois, além de não lhes terem sido concedidas as terras onde se achavam localizados, logo começaram a sofrer acentuadas baixas populacionais, de igual modo como os Gorotire e Kubenkrekegn. Tanto em decorrência de uma deficiente ação indigenista, como pela insuficiência de recursos, uma vez que, a SPVEA somente liberou verbas destinadas aos trabalhos de pacificação e nenhuma para aplicação entre os grupos que iam sendo atraídos, apesar do plano que lhe fora apresentado nesse sentido.

Em vista disso, os Kokraimoro, tendo sido reagrupados numa ilha alagadiça às proximidades da Serra Encontrada, que se tornou ponto de reunião de seringueiros, em 1958, apresentavam-se em péssimas condições de saúde, sem roças, com falta de equipamentos para caça e pesca e com a população já reduzida quase à metade (Moreira Neto, 1959:52). O grupo do rio Curuá (Kubenkragnoti-Kararaô), removido pelo S.P.I. logo após a pacificação para um ponto mais acessível à navegação, com a finalidade de introduzi-lo no sistema econômico regional, logo foi atingido por um surto de gripe que lhe ocasionou 50 falecimentos (Ibid. 153). Em seguida, quando já situado na foz do igarapé Baú, uma nova epidemia vitimou 44 de seus componentes e, em meados de 1969, havendo o sarampo dizimado mais outros 40, restaram apenas 10 indivíduos na aldeia (Arnaud, 1971:15). E os Kubenkragnoti do Alto Iriri, tendo se transferido para o lugar Candoca, por influência do S.P.I., mas não havendo recebido os suprimentos que lhes foram prometidos, resolveram retornar para a antiga aldeia. Porém, dezenas de crianças pereceram vitimadas por doenças contraídas, sendo que, em 1967, o sertanista Antônio Cotrim os encontrou reduzidos a 206 (Verswijver, 1978:11-107).

A despeito do acontecido, após um intervalo aproximado de três anos, reiniciou o S.P.I. seus trabalhos de atração no Xingu, em 1965, visando a pacificação do grupo Kararaô, situado no rio Jaraucu (Porto de MOZ), constituído pelos remanescentes que haviam escapado da extinção por doenças e massacres sofridos em 1934-40, na mesma área. Isto porque, nos últimos anos estavam os Kararaô novamente atacando os esparsos habitantes regionais e saqueando barracões, influenciados sobretudo pela mulher Maria Morais que haviam raptado no rio Guajarã (Praínha), por volta de 1950. A atração do grupo foi efetuada por uma expedição dirigida pelo sertanista Osmundo Antônio dos Anjos, com a participação do interprete Afonso Alves da Cruz e do índio Xikrin de nome Itacaiúna. Os primeiros contatos decorreram sob um clima bastante tenso, pois, apesar de haver Itacaiúna lhes transmitido propostas de paz, mantiveram os Kararaô suas flechas em posição de disparo, até que, após demorados diálogos, deliberaram entregar suas armas em troca das espingardas dos expedicionários que lhes foram passadas sem cartuchos (Arnaud & Alves, 1974:9). Embora não possuíssem armas de fogo, demonstraram estar familiarizados com o seu uso, pois, o líder do grupo pediu o revólver do sertanista Osmundo e o manejou com desembaraço, e os outros membros do grupo assim procederam com as espingardas (Ibid.:11). Compunha-se o grupo de 48 indivíduos entre os quais se achava Maria Morais, casada com o índio Tiburu (filho do líder), e que possuía dois filhos sendo um do marido anterior. No local da aldeia existiam extensos roçados, mas a 2ª Inspeção do S.P.I. com o propósito de engajar os homens na extração da castanha-do-pará para fins comerciais, transferiu o grupo para a confluência dos rios Jaraucu e Penetecaua. Em consequência, foram os seus componentes sendo atingidos por surtos epidêmicos, a ponto de chegarem quase a extinção no início de 1970, quando os oito sobreviventes foram divididos entre as aldeias Xikrin do Caetetê e do Bacajá (Ibid.: 15-16).

Provavelmente, o último dos grupos Kararaô foi atraído por uma turma dirigida pelo sertanista Júlio Reinaldo Moraes, no 1º semestre de 1971, logo em seguida ao início da abertura da Transamazônica, num ponto situado distante cerca de 230 quilômetros da cidade de Altamira, entre o Xingu e o Iriri (BRASIL. Arquivos da 2ª Delegacia...1970...). Segundo informaram os próprios índios tinham se refugiado no interior da mata, fazia bastante tempo, após 17 homens terem abandonados a aldeia, pois, receavam que suas mulheres fossem raptadas por outros índios. No momento do contato, constituíam um único grupo doméstico com 29 componentes, residindo numa habitação e assim constituídos: " 1 homem velho, 1 mulher velha sua esposa, 1 mulher velha irmã do mesmo, 2 homens guerreiros seus filhos, 5 mulheres s/filhas, 3 netas, 1 neto e mais 9 crianças do sexo masculino, 5 do sexo feminino e 1 criança recém-nascida do sexo feminino" (Ibid.). Face às circunstâncias expostas, viviam em contrário as regras da organização Kayapó, que proíbem casamentos entre parentes consanguíneos próximos. Os dois "guerreiros" tinham como mulheres duas de suas irmãs, e o chefe da família, além da esposa, mantinha relações sexuais com suas outras filhas, e as crianças existentes tinham sido, na maioria, geradas através dessas relações. Decorrido algum tempo, o índio Kubenkragnotí apelidado Kamayurá, por já haver habitado na aldeia deste grupo, integrou-se entre os Kararaô, assumindo a liderança assim que o homem mais velho faleceu, e os dois outros homens adultos abandonaram a aldeia e foram viver com os Kubenkragnoti do Curuá.

Face as dificuldades surgidas no provimento da subsistência, Kamayurá transferiu-se com o restante do grupo para a aldeia Xikrin do Bacajá, porém, tendo ocorrido desentendimentos deliberou retornar com seus liderados para o lugar da antiga aldeia. Somava então o grupo 21 pessoas, sendo 8 do sexo masculino menores de 14 anos e 13 do sexo feminino, dentro as quais as 7 mulheres existentes em estado de procriação, tomou Kamayurá como esposas. Todavia, a despeito desse desequilíbrio populacional o grupo conseguiu sobreviver porque as mulheres passaram a participar de todas as atividades econômicas - agricultura (derrubada, queima, plantio e colheita) pesca, coleta e caça, esta inclusive com o uso de espingardas.

A SITUAÇÃO ATUAL

Pela década de 1960, os municípios situados ao sul do Pará caracterizados, entre outros, no início deste trabalho, como sejam, o de Conceição do Araguaia, Altamira e Itaituba, apresentavam ainda populações extremamente rarefeitas. No que dizia respeito à economia, as alterações poderiam ser consideradas mínimas em relação aos níveis existentes há vinte anos passados, pois, no de Conceição do Araguaia a pecuária quase nada havia evoluído, e nos de Altamira e Itaituba, predominava ainda o extrativismo vegetal, (borracha, novamente em decadência, e castanha-do-pará), já existindo uma garimpagem de ouro bastante desenvolvida no de Itaituba mas em fase incipiente no de Altamira. E os acessos às áreas de produção continuavam ocorrendo predominantemente através das vias fluviais.

Entretanto, a partir de 1970, grandes mudanças começaram a se fazer sentir nas estruturas viárias e fundiárias da região com acentuados reflexos sobre sua economia. Pelo limite leste, onde se situavam os municípios de Conceição do Araguaia e de Santana do Araguaia (formado com terras desmembradas do anterior) um mais amplo desenvolvimento agropecuário, vinha acontecendo a partir da abertura de uma estrada com 130 quilômetros, ligando a rodovia Belém-Brasília (logo após a conclusão desta em 1960) com Conceição do Araguaia, bem como em decorrência de incentivos proporcionados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada pela Lei Federal 5.173 de 27/10/1966 (Ianni, 1978:97). Prosseguiu esse desenvolvimento, após a abertura de novas estradas (PA-150, PA-287 e PA-332) e também pelo surgimento do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) (Lei Estadual 4.584 de 10/10/1975), que deveria inicialmente legalizar os inúmeros requerimentos de terras existentes, mas que, desde logo, possibilitou mais ainda o processo de ocupação da "área Centro Sul do Estado", inclusive "vendendo terras já tituladas pelo próprio Governo" (Godfrey, 1984:). Surgiram novas fazendas de gado, foram descobertas reservas auríferas "numa área de 90.000 ha. entre o entroncamento do Xingu e o rio Maria", e foi iniciada em larga escala a extração da espécie vegetal mogno (*Swietenia mahogoni* Jacq.) (Ibid.: 101-123). Em consequência, numerosos imigrantes foram atraídos de diversos pontos do país (em mínima proporção do próprio Estado), e passaram a aumentar grandemente a população regional. O município de Santana do Araguaia (21.284 km²) em 1970 somava 9.085 habitantes, em 1980 12.622 e em 1985 (01/07) 17.148; o de Conceição do Araguaia (7.106 km²) apesar de três desmembramentos sofridos (Redenção, Xinguara e Rio Maria) passou de 28.953 habitantes em 1970, para 47.201 em 1980 e 71.317 em 1985 (01/07); o de Redenção (5.932 km²) de 23.124 em 1980 para 43.647 em 1985 (01/07); o do rio Maria (4.190 km²) de 14.324 em 1980 para 26.055

em 1985 (01/07); e o do Xinguara (11.344 km²) de 26.902 em 1980 para 79.614 em 1985 (01/07) (Censo demográfico: dados distrital - Pará - IBGE, 1980-1985).

As frentes expansionistas foram prosseguindo rumo a oeste e atingiram o município de S. Felix do Xingu (criado com terras desmembradas de Altamira), onde vestígios de carvão de pedra e de ferro foram encontrados, no interior da Reserva Indígena Gorotire, na segunda metade da década de 1960, considerados no momento sem valor comercial. Mas independentemente dos resultados dessas pesquisas, foram sendo descobertas nas terras do município jazidas de ouro e de cassiterita, cujas explorações logo se iniciaram. Também várias fazendas de gado surgiram no seu interior, e à margem esquerda do rio Branco (afluente do rio Fresco) a empresa Andrade Gutierrez, em 1979, começou a desenvolver o "Projeto Tucumã" numa área de 4.000 km², adquirida através de licitação promovida pelo INCRA, com amplas pretensões colonizadoras, compreendendo desenvolvimento agrícola, abertura de estradas e fundação de vilas e cidades. Embora sem ainda alcançar um crescimento populacional semelhante ao dos municípios da zona do Araguaia, o número de habitantes de S. Felix, subiu de 2.332 em 1970 para 4.982 em 1980 e 6.434 em 1985 (01/07). (Ibid.). Sua superfície é de 116.577 km² (Ibid.).

Pelo norte da região, ao longo da Transamazônica iniciada em 1971, nos trechos Altamira-Itaituba a Altamira-Marabá, conforme uma planta global da coordenadoria regional do INCRA (1978) numerosos loteamentos coloniais e projetos agropecuários estavam sendo estabelecidos numa superfície de 28.000 km². E várias glebas situadas às margens do Xingu e do Iriri, sem titulação ou de arrendamentos caducos, somando cerca de 2.900 estavam sendo negociados por essas alturas, inclusive por grileiros. Todavia, em razão desses projetos iniciados após a abertura da Transamazônica e de outros empreendimentos, a população do município de Altamira (153.862 km²), cresceu de 11.889 em 1970, para 46.509 em 1980 e 64.146 em 1985 (01/07) (Ibid.).

Por fim, a oeste da região, o município de Itaituba (165.578 km²), transposto tanto pela Transamazônica como pela Cuiaba-Santarém, não só devido a garimpagem de ouro e de cassiterita, como em razão de projetos de desenvolvimento agropecuários, ao longo de ambas as rodovias, também apresentou nos últimos cinco anos um significativo aumento demográfico, mais acentuado que Altamira. Em 1970 tinha 12.690 habitantes, 38.584 em 1980 e 80.834 em 1985 (01/07) (Ibid.).

No interior dos contextos que vêm de ser mostrados, os diversos grupos Kayapó-Gorotire, surgidos em decorrência das cisões iniciadas a partir do princípio do século atual, por volta de 1970, totalizando 1.332 indivíduos, assim se apresentavam: Município de Altamira - Kubenkragnetí, localizados no alto Iriri (igarapé Sabují) com 260 indivíduos, Kubenkragnetí-Kararaô situados na confluência do igarapé Baú com o rio Curuá com 40, e Kararaô na mesopotâmia compreendida entre os rios Xingu e Iriri com 21; Município de São Felix do Xingu - Krokaimoro, aldeados à margem direita do médio Xingu, acima do lugar Porto Seguro, com 104 indivíduos, Kubenkrakegn no Riozinho (cachoeira da Fumaça), afluente do rio Fresco com 387, e Gorotire, à margem direita do rio Fresco (Novo Horizonte) com 520 (BRASIL. Arquivos da 2ª Delegacia ... da FUNAI, 1967 - ...).

Com exceção dos Kararaô do baixo Xingu, ainda em fase inicial de contatos, encontravam-se os mencionados grupos assistidos permanentemente por Postos Indígenas com

a cooperação da Missão Católica da Prelazia do Xingu (intermitentemente) e Missão Evangélica do Brasil (permanentemente), cujos missionários da última, lhes vinham proporcionando (especialmente aos Gorotire), alfabetização não só na língua portuguesa como na indígena. Continuavam eles então preservando seus antigos padrões sócio-culturais, com alterações no estilo das habitações, plano da aldeia, indumentária e desuso dos batoques labiais pelos homens, especialmente entre os Gorotire. O paternalismo oficial vinham aceitando sem significativas contestações, principalmente na comercialização de seus excedentes econômicos (castanha-do-pará, cumaru e artefatos), e na aquisição das mercadorias desejadas em troca, o que era efetuado pela 2ª Delegacia da FUNAI. Quanto ao papel desta, não temos elementos para dizer se atuava apenas como intermediária como no tempo do Inspetor Cavalcanti (1946-1957), ou com a aplicação dos sistemas tipo barracão, isto é, auferindo lucros, como já acontecia pelo início da década de 1960 ainda na fase do S.P.I. (Cf. Diniz, 1963: 215).

Com respeito ao problema territorial, em 1970, a situação ainda permanecia a mesma anteriormente referida, pois, somente se poderia considerar como legalmente reconhecida a antiga área concedida aos Gorotire com 6,165 km² (Dec. Estadual 304 de 21/03/45), envolvida pela Reserva Florestal Gorotire (Dec. Federal 51.029 de 31/07/61), mas sem prejuízo da ocupação indígena. Na realidade, embora as Constituições da República de 1943 (Art. 129), 1937 (Art. 154) e 1946 (Art. 216) determinassem que fossem respeitadas as áreas ocupadas por silvícolas, basicamente continuavam elas, nos termos da Constituição de 1891, sendo consideradas terras devolutas dos Estados, os quais, assim, atribuíam-se o direito de concedê-las ou não. Aliás, em 1961, o Governador em exercício do Pará em ofício enviado a 2ª Inspeção do S.P.I. (99/61 de 10/07/61) declarou que, caso no prazo de 180 dias, não fossem demarcadas todas as reservas indígenas existentes no Estado, promoveria o cancelamento definitivo das doações, não chegando porém concretizar a ameaça.

No entanto, a partir da Constituição Federal de 1967, alterada pela Emenda nº 1 de 1969, substanciais alterações passaram a ocorrer com respeito a terras indígenas. De acordo com os novos dispositivos constitucionais, foram as mesmas incluídas entre os bens da União, inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, ficando declaradas a nulidade e a extinção de efeitos que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação dessas terras, sem direito aos ocupantes a qualquer ação ou indenização (Art. 4º-IV e 198, § 1º e 2º). Em seguida, o decreto-lei nº 1.164 de 01/04/71 ressaltou os interesses dos índios nas terras devolutas situadas ao longo das rodovias da Amazônia Legal, declaradas como "indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional". E logo depois, a Lei nº 6.001 de 19/12/73 (Estatuto do Índio), entre outras disposições, basicamente estabelece o seguinte: a demarcação administrativa das terras indígenas "por iniciativa do órgão federal de assistência ao índio", (Art. 19) a intervenção da União em caráter excepcional em terras indígenas, inclusive "para a exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional" (Art. 20, § 1º), e a reversão das terras espontânea e definitivamente abandonadas por grupos indígenas, para o "domínio pleno da União" (Art. 21). Considera o Estatuto como posses indígenas, as áreas efetivamente por eles ocupadas, de conformidade com seus usos, costumes e tradições e onde exercem atividades indispensáveis à subsistência ou lhes sejam economicamente úteis (Art. 23); dispõe que, o usufruto atribuído aos índios sobre as terras ocupadas, compreende o uso e a percepção das riquezas naturais existentes, incluindo o produto da exploração econômica (Art. 24); e determina o reconhecimento

das terras indígenas, segundo "a situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, independente de demarcação (Art. 25). A União é autorizada a estabelecer em qualquer ponto do território nacional, áreas destinadas aos Índios, respeitadas as restrições legais, que não devem ser confundidas com aquelas de posse imemorial das tribos (Art. 26 e Parágrafo Único). Aos grupos indígenas é assegurada a defesa dos próprios direitos com a assistência do Ministério Público ou do órgão de proteção oficial (Art. 37). A gestão do Patrimônio Indígena, é atribuída basicamente à Fundação Nacional do Índio com a participação dos Índios, porém, pode ser confiado tal encargo aos próprios grupos, na medida da capacidade demonstrada para o seu exercício (Art. 42). Por fim, foi estabelecido o prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas até então não demarcadas (Art. 65).

Ainda em 1971, ou seja antes do surgimento do Estatuto do Índio, os Kararaô recém atraídos no baixo Xingu, foram os primeiros a ser beneficiados em razão do Art. 196 da Constituição de 1967-69, com uma área de 224.000 ha. que lhes foi concedida pelo Decreto Federal nº 68.914 de 13 de julho, identificada em 1974, mas não demarcada. Já a partir de 1975, é que houve por bem a FUNAI iniciar um levantamento sistemático das áreas indígenas da Amazônia, sob a direção de um major aviador da reserva, (Saul Lopes) com a cooperação do Projeto Radam, mas com quase nenhuma participação de antropólogos ou de antigos sertanistas melhores conhecedores do assunto. Apesar disso, os levantamentos foram sendo realizados, porém, pelo que sabemos, deliberou a presidência do órgão deixar para uma segunda etapa a delimitação das áreas habitadas pelos demais grupos Kayapó, por considerá-las como mais difíceis de serem caracterizadas.

No entanto, por essas alturas, os mais destacados elementos da tribo, especialmente do grupo Gorotire, já vinham adquirindo uma apreciável experiência e visão do mundo civilizado, assim como de seus direitos de tutelados, através da instrução escolar, contatos com antropólogos, agentes do CIMI, missionários católicos e protestantes, bem como em razão das constantes viagens realizadas à Belém e à Capital da República, de participação em Assembléias Indígenas e de noticiários ouvidos pela radiofonia. E na medida em que tomavam conhecimento do avanço das frentes nacionais rumo às terras onde se achavam aldeados, iam manifestando suas inquietações e desejando que fossem elas definidas.

Uma cisão ocorrida no seio dos Gorotire, em 1976, gerada por uma antiga rivalidade entre os chefes das metades Pombo (Tuto), conduzido ao cargo pelo Inspetor Cavalcanti devido sua experiência no meio civilizado, e Kahnok, um legítimo Men-banhadjuaru, contribuiu muito para a ampliação dos domínios tribais. Segundo Turner (1967:68), Pombo era um bom orador e cumpria suas funções dentro do grupo, mas era psicologicamente perturbado, e procurava compensar a depressão através de corridas com a espingarda ao longo do pátio da aldeia, e por várias razões já vinha então perdendo muito do seu antigo prestígio. Em contraposição, Kahnok, um homem aparentemente não ambicioso, pouco apto a oratória e até negligente nos rituais, era o mais popular por larga margem, derivando esta circunstância de sua fácil acessibilidade e tolerância, completada com a distribuição de presentes (Ibid.), Uma vez que a situação perdurou, acabou Kahnok sendo o vitorioso no momento da cisão, permanecendo como o principal líder da aldeia.

Após a separação, tentou Pombo incorporar-se com seus 150 seguidores entre os Kubenkrakegn, mas não tendo encontrado ambiente, decorrido cerca de um ano, rumou com

eles em direção ao norte. Atravessou o rio Fresco e foi estabelecer-se precisamente no lugar Nova Olinda, onde, como vimos, tinham buscado refúgio, fazia cerca de 40 anos, os componentes da metade Kapaíre (Djudjetuktí), devido terem sido derrotados pela metade Kubenkrakegn. A partir de Nova Olinda, que passou a denominar Kikretum, foi Pombo ampliando a dominação do grupo sobre as terras situadas ao norte até atingir a margem direita do rio Branco (afluente do rio Fresco) e seguindo para leste até suas cabeceiras. Por sua vez, os líderes da aldeia Gorotíre de Novo Horizonte (Kahnok e Totoí), procuraram também reivindicar o mais possível a ocupação tribal rumo a leste sobre a área situada entre os rios Trairão e Arraias (afluente do rio Fresco), justificando que, antes de se localizarem pelas cabeceiras do Riozinho (aldeia Pikatotí), tinham lá habitado. Posteriormente, os Kubenkrakegn, situados ainda na Cachoeira da Fumaça, embora tenham sofrido também uma separação e os elementos apartados fixado a nova aldeia mais abaixo no curso do Riozinho, (Aukre) começaram a reclamar a posse da área onde estivera situada a aldeia Pikatotí. E os Kokraimoro, não só baixaram o Xingu (margem direita) localizando-se exatamente em Porto Seguro, como procuraram estender sua ocupação sobre uma faixa situada à margem oposta do Xingu, até cerca de 30 quilômetros, entre as cabeceiras do igarapé Porto Seguro as de Ananás Grande.

Face à situação, já em fins da década de 1970, com base em um "mapa do major Saul", a FUNAI houve por bem delimitar uma área com 26.000 km² para os referidos grupos partindo dos limites a oeste exigidos pelos Kokraimoro até ultrapassar o rio Fresco rumo a leste cerca de 26 quilômetros, mais ou menos como havia constado no ante-projeto de Darcy Ribeiro elaborado em 1952. Ao mesmo tempo, uma outra área foi objeto de delimitação mas ainda dependendo de maiores estudos, para os grupos Kubenkragnetí e Kubenkragnetí-Kararaô entre os rios Curuá e o Iriri, com 6.650 km², mas onde, no momento, não ocorriam problemas de ocupação semelhantes ao da área anterior.

No que concerne a primeira dessas áreas, os líderes das aldeias Kikretum e Gorotíre logo impugnaram a delimitação da FUNAI, e exigiram que ela fosse estendida até a cachoeira do Trairão, distante aproximadamente 70 quilômetros do Posto. (BRASIL. Arquivos da 2ª Delegacia 1967 -) Acontece que, por essas alturas, além das invasões de garimpeiros e madeireiros que vinham ocorrendo na área em questão, várias fazendas de gado, no todo ou em parte, se achavam instaladas no seu interior, em lotes adquiridos ainda no tempo da extinta Secretaria de Terras do Pará. Porém, os índios não admitiam qualquer alternativa quanto aos limites que exigiam e estavam "dispostos e preparados a matar e morrer imediatamente" por eles (Ibid.). Conforme o mesmo documento "a militarização" dos Gorotíre, iniciada no tempo do S.P.I. e "reativada nos anos 70", continuava aumentando e, como os demais Kayapó, poderiam ser considerados "os índios mais bem armados do Brasil". Todos possuíam espingardas e revólveres de grosso calibre, obtidos através de "doações da FUNAI, polícia e particulares, comprados com dinheiro originado pela venda de castanha", e também conseguidos "pela força, através da pilhagem a fazendas, caçadores, etc." (Ibid.). Pela radiofonia, diariamente costumavam conversar entre si na língua Kayapó ("Xikrin, Kokraimoro, Kubenkrakrein Menkranotire e Txukahamãin") e o líder Txukahamãe de nome

Raoni já havia visitado a aldeia Gorotíre (Ibid.).

Em meados de 1980, após várias tentativas frustradas, "35 guerreiros", chefiados por Pombo, descobriram cerca de 300 garimpeiros operando nas cabeceiras do rio Branco (garimpo Batéia), os quais, saquearam após haverem dominado facilmente sem emprego da violência, e conduziram preso para Kikretum o chefe do garimpo que, em seguida, soltaram (POVOS Indig... 1983:115). Por sua vez, os Gorotíre, "como último aviso, saquearam o fazendeiro Catarino", e ameaçaram "matá-lo e a todos os demais fazendeiros e trabalhadores vizinhos que não se retirassem da área que consideravam sua" (BRASIL. Arquivos da 2ª Delegacia... : 1967- ...). E uma outra expedição efetuada por funcionários da FUNAI com alguns índios, compeliu os fazendeiros a interromperem as derrubadas que efetuavam, advertindo-os que, caso assim não procedessem, não seria possível controlar os índios, embora estivessem eles (os fazendeiros) "legalmente documentados" (Ibid.). Os animos dos Gorotíre continuavam exaltados e, no início de Setembro, alguns dias após o massacre de 10 peões feito pelos Txukahamãe, em Mato Grosso, 100 homens do grupo dirigidos pelo líder Kahnok, objetivando impedir que, uma "onda de colonos e aventureiros", penetrasse na área reivindicada, atingiram a Fazenda Espadilha, situada já fora da mesma onde pretenderam obter esclarecimentos (Ibid.). No momento do encontro, segundo a versão dos índios, teriam sido mal recebidos pelo capataz que lhes apontou uma espingarda, e quando era desarmado sua filha de 20 anos feriu à faca dois elementos da expedição. Em revide, mataram os índios vinte e uma pessoas residentes na Fazenda, entre as quais algumas mulheres e crianças, com o emprego de bordunas e de armas de fogo (Os KAYAPÓ..... 1980: 10) Mas conforme a versão dos fazendeiros, baseada no "testemunho de dois agrônomos e dois peões", os índios tinham entrado na Fazenda para coletar alimentos como sempre faziam. Porém, face a reação do capataz (novato no serviço) contra isso, dominaram-no e começaram a lhe cortar os cabelos, havendo sua filha (Carmem Lúcia) reagido na suposição de que pretendiam matá-lo (Ibid.). Após o acontecimento, persistiram os Gorotíre exigindo a retirada de todos aqueles que se achavam no interior das terras que consideravam como suas. E em razão disso, a 2ª Delegacia Regional da FUNAI, com o apoio da FAB, desalojou da zona do rio Branco (área do cacique Pombo) cerca de 700 garimpeiros que aí operavam sob o controle de empresa Sunaman-Shelita, assim com a rede de intermediários, em março de 1981 (POVOS indígenas ... 1983:115).

A despeito de nenhum ato haver até então surgido da Presidência da República, definindo de uma vez as terras habitadas pelos Kayapó-Gorotíre, considerando-as como de posse inmemorial da tribo ou como reserva (Art. 26 & Par. Único do Estatuto do Índio), como vimos, conseguiram os índios com o apoio da FUNAI fazer prevalecer seus interesses. Ao contrário do que ocorria antigamente nas zonas dos seringais, não sofreram qualquer ação de represália, e pelo que soubemos, não foi intentada nenhuma ação judicial por aqueles que possuíam títulos de posse ou de propriedade dentro da área em questão, havendo alguns chegado a recuar os seus limites de ocupação, porém, os garimpeiros e os madeireiros não desistiram de prosseguir em suas explorações, mas procuraram antes tentar entrar em acordo com os índios.

Todavia, os líderes dos grupos Kikretum, Gorotíre e Kubenkrakegn, continuaram obstinadamente expulsando o mais possível os estranhos que encontravam dentro das

terras reivindicadas. Mas na realidade não poderiam mesmo com a participação da FUNAI, aplicando seu poder de polícia, manter uma fiscalização ampla e permanente sobre uma tão grande superfície, a não ser que paralisassem quase totalmente a vida tribal. Teria então sido cogitado (não sabemos se por iniciativa dos índios ou da FUNAI), passarem eles próprios a realizar as aludidas explorações. Mas a idéia acabou por ser posta de lado, primeiro, por haver sido considerado que, de modo nenhum, lhes seria possível alcançar resultados positivos, a curto prazo, tanto pela falta de experiência (sobretudo na garimpagem) como pela necessidade de levantamento de recursos avultados para a aquisição de equipamentos, veículos, etc. E segundo, porque, afora os prováveis fracassos econômicos, de igual modo como em casos semelhantes anteriormente ocorridos, iriam sofrer conseqüências negativas no que respeita à saúde e à subsistência.

Face ao exposto, embora sem pretender abrir mão de seus domínios territoriais, com a finalidade de melhorar sua capacidade aquisitiva de acordo com os padrões da sociedade envolvente, que então ocorria de modo bastante limitado através da venda de artefatos e de castanha-do-pará, os líderes dos grupos acabaram não só por aceitar as ofertas dos garimpeiros e madeireiros como estimulá-las, diretamente ou por intermédio da FUNAI. Aliás, nessa fase, os agentes da FUNAI, quase nenhuma influência mais exerciam sobre os Kayapó-Gorotire e limitavam-se a executar o que eles determinavam, tal como vinham fazendo também os Gaviões do Oeste (Cf. Arnaud, 1984). E a partir de então, parodiando Banner (1961:19), talvez possamos dizer sem exagero que, os Kayapó-Gorotire, continuaram cultivando a bravura mas em busca da riqueza como acontece via de regra com os civilizados.

A exploração de ouro na área do Posto Gorotire, começou a expandir-se desde a implantação do Projeto Cumaru, situado na fazenda de idêntica denominação, distante 90 quilômetros de Redenção (parte no interior da área exigida pelos índios), e em cujas frentes, em 1982, o número de garimpeiros (90% maranhenses) oscilava de acordo com a estação, entre 3 a 20 mil homens (Ibid.). E nos garimpos Maria Bonita e Tarzan, situados mais próximos do Posto Gorotire, cuja exploração já vinha sendo feita mediante entendimentos informais, passou a ocorrer oficialmente em razão do Convênio 023/81, firmado entre a FUNAI E A DOCEGEO, mediante o pagamento de "1% do imposto federal de 17% sobre a produção (Ibid.; BRASIL. Arquivo da 2ª Delegacia.... 1967-....).

Por sua vez, o já coronel Pombo (patente honorífica que teria obtido do 51º Bat. da Selva, Altamira, em uma comemoração da Semana do Índio), autorizou pessoalmente "um tal Ferreira" a explorar o garimpo Kriketum (ex-Batéia), e o garimpo Nova Olinda (ex-Filomeno) por um "tal Mineiro e depois por um tal Gaucho". (POVOS Indígenas... 1983:116). E em abril de 1982, à revelia da FUNAI, o coronel Pombo estabeleceu um acordo registrado em cartório com a mineradora Stannum-Shelita, somente com "um aval do chefe do posto (logo afastado)", para a exploração de desses dois garimpos, por três anos, "com limite inicial de 200 garimpeiros na área sem ultrapassar 400" (ibid.).

No acordo ficou estabelecido que, pela exploração seria pago mensalmente "royalties (sic) de 5% da produção bruta mecanizada (depositada em Caderneta de Poupança da CEF em conta corrente do Cel. Pombo) e 10% da produção bruta de garimpagem manual em dinheiro vivo" (Ibid.). A FUNAI tentou anular o acordo através do judiciário, porém, em outubro de 1982, o Cel. Pombo, acompanhado de dois

filhos foi solicitar diretamente ao Ministro das Minas e Energia, seu empenho junto à FUNAI para a retirada da ação da justiça (Ibid.). O arranjo com a Stannum-Shelita parecia consolidado", mas, em meados de 1983, a empresa acabou saindo da área pressionada pela FUNAI (Ibid.). Em vista disso, o Col. Pombo passou a entregar "o controle das pistas e das cantinas dos garimpos a grupos de interesse regionais", e em julho estimava-se que entre dois a três mil e quinhentos garimpeiros operavam nas mesmas (Ibid.). Nessa fase a renda proporcionada ao grupo Kriketum sob o controle de Pombo, pelos garimpos "Arraia, Batéia, Filomeno e Mutum" somava mensalmente cinqüenta milhões de cruzeiros (BRASIL. Arquivos da 2ª Delegacia...1967-...). Entremontes, permitiu também o Cel. Pombo a abertura de um garimpo de cassiterita "por um tal Didi", mediante pagamento de 10% da produção, porém a mina logo secou e o local foi abandonado (POVOS Indígenas...1983:118).

Ao sul da área habitada pelos Kubenkrakegn, ainda em 1983, no decorrer de um vôo efetuado em avião cedido pelo Cel. Pombo, foram encontrados numa das duas (ou talvez das quatro) pistas existentes, vários garimpeiros operando num ponto que o cacique Ngãpre considerou como pertencente ao grupo, por estar situado próximo a antiga aldeia Pikatotí. Mas o agente do Posto julgou não ser oportuno tomar qualquer decisão por desconhecer os verdadeiros limites da área indígena (BRASIL. Arquivos da 2ª Delegacia..., 1967-...). Logo depois, o responsável pela garimpagem (José Pereira da Silva) efetuou uma visita ao Posto e a convite de Ngãpre, à revelia da FUNAI, enviou 14 garimpeiros para pesquisar um determinado trecho, no qual não foi encontrado nenhum vestígio de ouro. Os líderes do grupo insistiram, porém, no sentido de prosseguirem as pesquisas, e após entendimentos mantidos com "representantes do órgão assistencial, "autorizaram a Coordenação Tucumã-FUNAI, elaborar permissão para o Sr. José Ferreira da Silva abrir uma pista de pouso na reserva Kubenkrankein, às proximidades do rio Trairão (afluente do Riozinho) a qual foi concluída em julho de 1984. Até o mês de novembro seguinte, ainda permaneciam no trabalho, 40 pesquisadores juntamente com índios mas nada tinham encontrado. O agente do Posto, conforme suas próprias expressões, tentou convencer os índios quanto ao prejuízo que lhes iria causar tal ramo de atividade, mas nada conseguiu porque desejavam eles alcançar vantagens semelhantes as que estavam auferindo os dois outros grupos envolvidos na mesma. E considerou o agente que, se continuasse insistindo, poderia sofrer hostilidades (Ibid.).

No trecho onde habitavam os Kokraimoro ainda não ocorria garimpagem, mas já se pensava iniciar pesquisas nesse sentido, e os índios mostravam-se bastante interessados. Entre os Kubenkragnetí do alto Iriri, um grupo de índios liderados pelo cacique Bebkum, por influência dos garimpeiros José Nacor e Primo Lopes, haviam iniciado trabalhos de pesquisa de ouro no rio Pititiatiá e a construção de um campo de pouso, e a 2ª Delegacia da FUNAI considerou que não poderia tomar nenhuma providência em contrário, "por falta de alternativas para sobrepor as vantagens oferecidas aos índios pelos garimpeiros" (Ibid.). Por fim os Kubenkragnetí-Kararaô do igarapé Baú, iniciaram sua participação no ramo, em meados de 1983, cobrando uma taxa de cinqüenta mil cruzeiros pela passagem na área indígena de cada balsa de

garimpeiros que exploravam o leito do rio Curuá, mediante acordo homologado pela FUNAI (Ibid.). Mas ao mesmo tempo ficaram também os índios interessados participar dessa exploração após orientação inicial de um garimpeiro de nome Ivo Borges Souza, sob a coordenação e fiscalização do chefe do Posto (Ibid.)

Com respeito à extração de madeiras, em 1982, estabeleceu a FUNAI um contrato com a firma Madeireira S/A para aproveitamento de 8.000 m³ de mogno apreendido de madeireiros clandestinos que operavam na área dos Gorotire (Ibid.). Em seguida, firmou outro contrato com a Cia. Agropastoril do Rio Dourado regularizando uma venda feita, pelo ex-chefe do Posto de nome Anazildo, de 1.700 arvores de mogno na ausência dos caciques Kahnok e Totoí. E em outubro do mesmo ano, mais um contrato efetuou a FUNAI com a firma SEBBA S/A para a abertura de uma estrada com aproximadamente 50 quilômetros, ligando o Posto Gorotire à Fazenda Espadilha e conseqüentemente à cidade de Redenção, mediante a entrega a citada firma de 10.000 árvores de mogno (Ibid.). E na área de Nova Olinda (Posto Krikatum), o col. Pombo "com o aval da FUNAI", efetuou em 1984 um contrato com a firma Indústria e Comércio de Lâmina Nossa Senhora Aparecida Ltda. para abertura de uma estrada ligando a aldeia ao Projeto Tucumã, com 40 quilômetros de extensão, ampliação do campo de pouso da aldeia, construção de um "poço tipo amazônico" e desmatamento de 20 hectares para plantio diversos e construção de uma guaritá, ficando a firma com direito a extração de 4.500 arvores de mogno (Ibid.).

Na periferia do trecho onde se acha a aldeia Kubenkrakegn (Riozinho, Cachoeira da Fumaça), após reconhecimentos aéreos efetuados em outubro de 1984, pela FUNAI, Polícia Federal e índios, foi constatada a presença de pelo menos seis empresas madeireiras operando (Distr. Sta. Cristina, Musa, Inpa, Maginco, Campos Altos e Itamarati), a primeira nas proximidades da famosa aldeia extinta Pikatotí (Ibid.). Em vista disso, os "caciques Pangrã e Panhotyk com 24 guerreiros" rumaram em direção ao referido trecho e ocuparam duas das pistas de aviões existentes. E acompanhados de outros líderes, logo em seguida, vieram a Belém exigir "a demarcação da reserva o mais breve possível", atingindo os limites que desejavam, tendo em vista por termo a essas explorações. Mas posteriormente, foram esses mesmos líderes que solicitaram à FUNAI para permitir que as madeireiras reiniciassem as derrubadas, mediante o pagamento de um percentual sobre a madeira colhida para a comunidade, e conseguiram que suas vontades fossem satisfeitas. Ao tomarem conhecimento dos casos acima aludidos, os Kokrainoro exigiram também que, explorações semelhantes, fossem efetuadas na área em que habitavam, a fim de igualmente usufruírem benefícios pecuniários. E os Kubenkragnetí-Kararaô do Curuá e os Kubenkragnetí do Alto Iriri, por sua vez, já aspiram também idênticos benefícios.

Em decorrência dessas formas desmedidas de explorações, situações às mais críticas logo começaram a resultar para a subsistência dos dois principais grupos atingidos (Kikratum e Gorotire) provocadas pelos desmatamentos e sobretudo pela poluição dos cursos d'água. Por exemplo, no rio Fresco os peixes desapareceram em grande parte do seu percurso, e a água para consumo do último desses grupos nos últimos tempos passou a ser canalizada do seu afluente Igarapé dos Sonhos, através

da força da gravidade. E na medida em que as somas avultadas de dinheiro proveniente dos percentuais pagos pelos garimpeiros e nadeireiros foram sendo canalizadas para os grupos Kriketum (diretamente para as mãos dos Cel. Pombo) e Gorotíre (repassadas através da FUNAI), procedimentos os mais absurdos começaram a se fazer notar no seio de ambos os grupos, a despeito de tentativas em contrário feitas pelo órgão de proteção oficial, o qual, como registramos anteriormente, já perdera qualquer poder de decisão sobre os grupos Kayapó.

No âmbito do grupo Kikretum, desde cedo as atitudes do Cel. Pombo passaram a causar sérias preocupações a FUNAI que pretendeu pelo menos moderar seus excessos por intermédio de uma Coordenadoria estabelecida em Tucumã. Porém os elementos que têm estado a sua frente, nada de positivo alcançaram, face a oposição de Pombo com seu grande número de adeptos. E um antropólogo que procurou "combater a onda de consumismo" em curso e por em execução um plano em benefício geral de comunidade" não alcançou êxito havendo deixado "a área bastante desgastado" (POVOS Indígenas, ..., 1983:119). Em uma oportunidade, a 2ª Delegacia da FUNAI chegou a fechar as cantinas particulares que operavam na área, mas encontrou forte reação por parte dos índios, sendo que, aproximadamente 60 querreiros, praticaram arrombamentos e hostilizaram a coordenadoria de Tucumã (BRASIL. Arquivos da 2ª Delegacia ..., 1967- ...). Em contraposição, deixou-se Pombo influenciar por elementos de conduta equívoca que o envolveram em negociatas, entre os quais destacam-se o ex-servidor Gerson Alves (índio nordestino integrado) e concubina civilizada dele próprio, em cujas mãos costuma colocar dinheiro em abundância, suspeitando-se que já conseguiu ela adquirir uma fazenda (Ibid.). A ausência ou a impotência da FUNAI contribuiu para que comerciantes e aproveitadores atuassem livremente, incentivando o Cel. Pombo a entrar em sociedade na compra de um avião (acabou perdendo sua parte por excesso de viagens), aquisição de imóveis e de uma infinidade de bens de consumo (Ibid.). A não ser uma minoria pouco privilegiada, cujos componentes ainda persistem em suas atividades tradicionais de subsistência, os demais levam uma vida ociosa e frequentemente muitos homens, perambulam por Tucumã, ingerindo bebidas alcoólicas e frequentando os bordéis da cidade (Ibid.). Mas a despeito dos largos resultados auferidos, os débitos do Cel. Pombo em Tucumã atingiram a soma de três milhões de cruzados, que deverá ser coberto mediante a extração de madeiras da área indígena, segundo acordo efetuado diretamente pela 2ª Delegacia da FUNAI.

Entre os Gorotíre, cuja renda vem de crescer substancialmente pois, o percentual de 1% sobre a garimpagem foi aumentado para 10% (cerca de um milhão de cruzados mensalmente), a situação não chega a ser tão inquietante, como a de Kriketum, inclusive porque os pagamentos recebidos vêm ultrapassando as despesas efetuadas. Um "Programa de Desenvolvimento Comunitário foi posto em prática compreendendo" construções de casas de alvenaria, roças comunitárias e de uma mini-hidrolétrica, etc" (Ibid.). Um avião monomotor foi adquirido, um veículo terrestre e uma casa de dois pavimentos em Belém do Pará, para residência dos índios em trânsito. Todavia, nada ainda vem sendo efetuado com o escopo de garantir a sobrevivência e o bem estar futuro do grupo. E também excessos semelhantes àqueles cometidos pelo Cel. Pombo estão sendo praticados pelos líderes Kahnok e Totoí, que, menos egoístas que Pombo, chegam a estender benefícios a outros grupos Kayapó. As despesas com o pagamento de salários a elementos estranhos ao grupo, são muitas, pois, incluem o pagamento de pilotos e mecânicos de aviões, peões para os mais variados serviços e até um antigo pastor protestante brasileiro afastado da seita a que pertencia atua como assessor dos líderes do grupo. Gastos excessivos são feitos na

aquisição de gêneros de alimentação importados (conservas diversas, bombons, refrigerantes, etc.), artigos os mais variados e em quantidades excessivas, materiais para construções de alvenaria, fretamentos de aeronaves (inclusive para condução de pescado), e pagamento de passagens e hospedagem em hotéis para os numerosos índios que vivem constantemente viajando. Como na aldeia Kriketum, somente uma minoria menos favorecida ainda trabalha para prover a subsistência. Frequentemente os homens do grupo costumam ir para as sedes dos municípios circunvizinhos, sobretudo para Redenção, onde são vistos frequentando os lupanares e ingerindo bebidas alcoólicas. A cremos em informantes, ao contrário do que ocorria no passado, tanto em Kikretum como em Novo Horizonte, as chefias não são mais mantidas em razão da bravura e/ou do carisma, porém através do dinheiro e de outros benefícios materiais que são passados às mãos dos liderados.

Enquanto assim acontecia com os Kayapó-Gorotire, surgiu o Decreto Presidencial 88.118 de 23/02/1983, determinando que, as delimitações e conseqüentes demarcações de áreas indígenas, fossem efetuadas com base em estudos preliminares e pareceres emitidos por um Grupo de Trabalho composto por representantes do Ministério do Interior e de Assuntos Fundiários, FUNAI e de outros órgãos federais e estaduais julgados convenientes. No entanto, com base somente em estudos efetuados pela FUNAI em decorrência do que fora exigido pelos próprios índios, a Presidência da República expediu o Decreto n. 91.244 de 09/05/1985, declarando como "de ocupação dos silvícolas para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição", sob a denominação de "Área Indígena Kayapó" as terras situadas no município de São Felix do Xingu, cujos limites, em resumo, encontram-se assim definidos: Norte- partindo do Ponto 01 da margem direita do igarapé Porto Seguro (margem esquerda do Xingu) até atingir o igarapé Santo Antônio (margem esquerda do rio Fresco) e segundo este rio, em sentido montante, até o Ponto 05, na confluência com o rio Branco, e daí o Ponto 06, aproximadamente a 800 mts. de sua cabeceira; Leste - do Ponto 06 até o Ponto 07, à margem do rio Juari até o Ponto 08 na margem direita do rio Trairão, seguindo os Pontos 09 e 10 na cabeceira de um igarapé sem denominação, e daí em linha reta até os Pontos 11, 12, 13 e 14, este na margem direita de outro igarapé sem denominação, prosseguindo ao Ponto 15 na confluência com o rio Arraias e ao Ponto 16, na confluência do igarapé Mururé com igarapé sem denominação, ao Ponto 17 na margem direita do igarapé Cangaceiros e Ponto 18 na cabeceira do igarapé Trairão. Sul - do Ponto 18 segue pelo igarapé Trairão no sentido jusante pela margem direita até o Ponto 19 no Xingu; Oeste - do Ponto 19 pelo rio Xingu no sentido jusante pela margem direita, atravessando em seguida o rio até o Ponto 21, na confluência com o igarapé Ananazinho, seguindo por este no sentido montante pela margem esquerda até o Ponto 22, na sua cabeceira, e daí em linha reta até o Ponto 01, inicial deste Memorial.

No mapa elaborado pela FUNAI correspondente ao aludido Decreto, entre diversos sinais convencionais, existem aqueles relacionados à "terra indígena delimitada", à "demarcação do Exército" e à "área reivindicada". Acham-se assinalados no mapa os postos Indígenas e as aldeias, entre as quais a considerada ancestral (Pikatotí), cuja recuperação começou a ser exigida pelos Kubenkrakegn a partir de quando empresas madeireiras foram avistadas operando nas suas proximidades. Os vários garimpos situados no interior da área delimitada pelo Decreto 91.244 acima aludido se acham também indicados no mapa. E fora da área

delimitada, encontram-se referidas entre outras as fazendas Rio Dourado, Sítio Cacau, Retiro Rio Dourado, Fazenda Guarujá, Fazenda Trataruga, Fazenda Guaraparã, Fazenda Barra do Pará e Fazenda da Nicobram.

Presentemente, os Kayapó-Gorotire encontram-se assim distribuídos:

1) - Município São Felix do Xingu - Grupo Gorotire (Novo Horizonte) 695 indivíduos - 352 sexo masculino e 343 sexo feminino; Kriketum (Nova Olinda) - 316 indivíduos - 159 sexo masc. e 157 sexo fem.; Kubenkrakegn (Cachoeira da Fumaça) 203 indivíduos - 103 sexo masc. e 100 sexo fem.; Kubenkrakegn (Aukre) - 202 indivíduos - 101 sexo masc. e 101 sexo fem.; e Kokrainorô (Porto Seguro) - 182 indivíduos - 97 sexo masc. e 85 sexo feminino; total 1.598 indivíduos - área delimitada de 32.629 km².

2) Município de Altamira - Kararaô (Baixo Iriri) - 36 indivíduos - 17 sexo masc. e 19 sexo fem. - área delimitada 2.240 km²; Kubenkragnetí-Kararaô (Igarapé Baú-Curuá) - 67 indivíduos - 34 sexo masc. e 33 sexo fem.; Kubenkragnetí (Sabují) 387 indivíduos - 186 sexo masc. e 201 sexo fem., e Kubenkragnetí (Pukanu) - 72 indivíduos - 34 sexo masc. e 38 sexo fem.; total 459 indivíduos - área de 6.656 km² ainda não definitivamente delimitada (Ibid.). Como vimos, totalizam esses grupos 2.093 indivíduos, divididos em três áreas distintas, as quais reunidas apresentam uma superfície de 41.525 km², que pode ser considerada como vasta mesmo avaliada a longo prazo em termos tribais, e levando-se em conta que tais populações de agora em diante tendam a apresentar significativos crescimentos. No entanto, desde que as explorações indiscriminadas que já ocorrem no seu interior (especialmente na "Área Indígena Kayapó") e, ao que tudo indica, irão se alastrar, as poluições e os desmatamentos salvo melhor apreciação, tornarão as condições de sobrevivência em seu interior através da caça, coleta e agricultura, acentuadamente precárias.

A expansão nacional sobre essas terras, que começou a crescer antes de serem definidas as áreas ocupadas pelos Kayapó-Gorotire, as quais, como vimos, já foram atingidas e estão sendo degradadas, naturalmente que precisa continuar merecendo a atenção por parte daqueles que se interessam pela sobrevivência das populações tribais, especialmente do órgão criado pela União Federal para protegê-las. Deve ao mesmo tempo constituir motivo para preocupações, o comportamento assumido pela maior parte dos elementos dos grupos Kriketum e Gorotire (que também já está sendo imitado pelos Kubenkrakegn), os quais, com base na experiência adquirida em contato com o meio civilizado e/ou na doutrinação porventura recebida, a princípio, procuraram ampliar o mais possível seus domínios territoriais, expulsando os estranhos encontrados no seu interior e reivindicando inclusive a posse de antigas aldeias abandonadas por motivos tradicionais. Mas que, a partir do momento em que, as empresas madeireiras e de garimpagem, concordaram em lhes proporcionar dinheiro para prosseguirem em suas explorações, os líderes dos aludidos grupos passaram cada vez mais a estimulá-las, no sentido de aumentarem seus rendimentos que, na maior parte, têm sido usados para a satisfação de extravagância e para estimular a vadiagem e a libertinagem.

Em razão do exposto, acreditamos dever a FUNAI, no exercício de seu poder tutelar, tomar iniciativas mais decididas para modificar esse estado de coisas, buscando o mais possível a cooperação das figuras mais representativas dos grupos. De um lado procurando

promover uma gradativa erradicação da "área indígena Kayapó" (cuja demarcação precisa quanto antes ser efetuada) dos elementos estranhos que se acham trabalhando no seu interior. E de outro, fazendo com que, os pingues rendimentos que estão sendo usufruídos apenas por uma parte dos índios situados no interior da área, passem a ser aplicados de modo equitativo em benefício comum, e essencialmente em fins patrimoniais e em realizações capazes de promover a prosperidade das comunidades, através do labor de seus próprios membros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano - Capítulos da história colonial (1500-1800) & Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5ª edi., Brasília. Ed. Univ. Brasília, 402 p. 1963.
- ADALBERTO, Príncipe da Prússia - Brasil: Amazonas-Xingu, pelo Príncipe Adalberto da Prússia. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 243 p. 1977.
- ARNAUD, Expedito & GALVÃO, Eduardo - Notícia sobre os índios Anambé (rio Caiari, Pará). Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. M. S. Antropologia, Belém, 42: 1-11, il. mapa. 1969.
- ARNAUD, Expedito - A ação indigenista no sul do Pará (1940-1970). Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. N. S. Antropologia. Belém, 49: 1-25, 1971.
- ARNAUD, Expedito & ALVES, Ana Rita - A extinção dos índios Kararaô (Kayapô). Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. N. S. Antropologia. Belém, 53: 1-19, 1974.
- ARNAUD, Expedito - Os Gaviões de Oeste-Pacificação e Integração. Pub. Av. Mus. Pa. Emílio Goeldi. 28:1-85, 1975.
- ARNAUD, Expedito - Mudanças entre grupos indígenas Tupí da região do Tocantins-Xingu (Bacia Amazônica). Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. N. S. Antropologia. Belém, 84:1-50, 1983.
- ARNAUD, Expedito - O comportamento dos índios Gaviões de Oeste face à Sociedade Nacional. Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi, Antropologia. Belém, 1(1):5-66. 1984.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro - Compêndio das éras da Província do Pará. Belém, Univ. Federal do Pará, 395 p. (Col. Amazônica, sér. José Verissimo), 1969.
- BANNER, Horace - O índio Kayapô em seu acampamento. Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. N. S. Antropologia, Belém, 13:1-51, 1961.
- BATES, Henry Walter - O naturalista no rio Amazonas. São Paulo, Ed. Nacional. 2 v. v.1. 376 p. il. (Brasiliana, 237), 1944.
- BORGES, Ricardo - Construção Econômica da Amazônia. Belém, Inst. de Desenv. Ec. e Social do Pará-IDESP (Cadernos Paraenses, 5) 1970.
- BRASIL. "Arquivos da 2ª Inspeção Regional do S.P.I." Belém, 1937-1967.
- BRASIL. "Arquivos da 2ª Delegacia Regional da FUNAI. Belém, 1967- ...
- BRASIL, Raymundo Pereira - O rio Tapajós na exposição de borracha no Rio de Janeiro. Pará, 104 p. il. mapa. 1913.
- CASAL, Aires - Corographia Brasília. São Paulo, 2 v. , t. 2, 280 p. 1943.
- CENSO demográfico: dados distritais: Pará-IBGE, 1980-1985 [Cópia mimeografada].
- CHAIN, Marivene Matos - Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás. Goiânia, Oriente, 240 p. mapas, 1974.
- CHUVAS, "Nas fronteiras do Amazônia - Viagens e aventuras". 1939 [Inédito] Original datilografado.
- COUDREAU, Henri - Voyage au Tocantins-Araguaia. 31 dezembro 1896-23 mai 1897. Paris, A Lahure, Imprimeur-Editeur, 298 p. il. mapa. 1897.
- CRUZ, Ernesto - História do Pará. Belém, UFPa, v. 1. 148 p. 1963.

- DINIZ, Edson Soares - Os Kayapó-Gorotire. Aspectos sócio-culturais do momento atual. Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. N. S. Antropologia, Belém, 18:1-40, il. mapa, 1962.
- DINIZ, Edson Soares - Convívio interétnico e aglutinação intergruppal - Uma visão da comunidade do Posto Indígena Gorotire. Rev. Museu Paulista. N. S. São Paulo, 14:213-220, 1963.
- DREYFUS, Simone - Les Kayapó du Nord - État Pará, Brésil - Contribution à l'étude des Indiens Gô. Paris, Mouton & Co. 213 p. il. mapa. 1963.
- ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 36 v. vol. 14 (Amazonas, Pará e Territórios) il. mapas.
- FIGUEIREDO, Vânia - Altamira - latitude esperança. Altamira, 180 p. 1975.
- FRIKEL, Protásio - Notas sobre a situação atual dos índios Xikrin do Rio Caeteté. Rev. do Museu Paulista, N. S. São Paulo, 14: 145-158. 1963.
- GALOIS, Dominique - Os Waiãpi e seu território. Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi N. S. Antropologia, Belém, 80:1-38, mapa, 1981.
- GODFREY, Brian John - Read te the Xingu- Frontier Settlement on Southern Pará, Brazil - Tese de mestrado. Berkeley, California, 178 p. il. , 1984 |Cópia xerox|.
- IANNI, Otávio - A luta pela terra - História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis, Vozes, 236 p. (Coleção Sociologia brasileira, v. 8). 1978.
- KELLY, Arlene Marie - The Xingu and José Porfírio. Tese de mestrado. Florida, Univers. 79 p. il. mapa, 1975.
- KRAUETLER, Eurico - Sangue nas pedras. São Paulo, Ed. Paulinas, 228 p. il. mapa, 1979.
- LARAIA, Roque de Barros & MAITA, Roberto da - Índios e castanheiros. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 146 p. il. mapa (Corpo e Alma do Brasil, 21) 1967.
- LEITE, Serafim, S.I. - História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro. Imp. Nacional, 10 v. v.3, 487 p. il. 1943.
- LIPKIND, William - The Carajã. Im: MANDROOK of South American Indians. Bull. Bur. Amer. Ethnel. Washington, 143(3) : 179-191, 1948.
- LIVRO GROSSO de Maranhão. An. Bibl. Nacional. Rio de Janeiro, 66-67. 1948.
- LUKESCH, Anton - Bearded indians of the tropical forest. Graz/Austria. Akademisch Druck - u. Verlagsanstalt, 142 p. il. 1976.
- LUKESCH, Anton - Mito e vida dos índios Caiapós. São Paulo, Pioneira Ed. da Univ. São Paulo. São Paulo, 312 p. 1976.
- MOREIRA NETO, C.A. - A cultura pastoril do Pau d'Arco. Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi N. S. Antropologia. Belém, 10:1-112, il. mapa, 1960.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo - Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó. Separata da Revista de Antropologia. São Paulo, 7(1-2):49-64, 1959.
- Muniz, Palma - Limites municipais do Estado do Pará. Annaes da Biblioteca e Archivo

Público do Pará. Pará, 9, 808 p., 1916.

NIMUENDAJÚ, Curt - Tribes of the and middle Xingu. Im: HANDEBOOK of South American Indians. Bull. Bur. Amer. Ethnol. Washington, 143(3): 213-243, 1948.

NIMUENDAJÚ, Curt - Os Gorotire. Separata da Rev. do Museu Paulista. N. S. São Paulo, 6: 427-453. 1952.

NIMUENDAJÚ, Curt - Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro, IBGE, 97 p. il. mapa, 1981.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de - Os índios Juruna do Alto Xingu. Dédalo. São Paulo, 6(11-12): 291, il. mapa. tab., 1970.

OS KAYAPÓ atacam. Bol. CIMI. Goiânia, 9(66):7-13, 1980.

PATERNOSTRO, Júlio - Viagem ao Tocantins. São Paulo, Ed. Nacional, 358 p. mapa (Brasiliana, 248)., 1945.

POSEY, Darrell Addison - Ethnontology of the Gorotire-Kayapó of Central Brazil. Tese de doutorado - Georgia, USA, Athens, 177 p. 1979 [Cópia mimeografada]

POSEY, Darrel A. Kayapó - mostra aldeia de origem. Rev. de Atualidade Indígena Brasília, 3(15):50-57, 1979.

POVOS Indígenas no Brasil. São Paulo, CEDI, 1983.

PRELAZIA de Conceição do Araguaia. Gorotirés. Rio de Janeiro, C. Mendes Junior, 89p. il. 1936.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 5, 1940 - Censo demográfico. Pará. Rio de Janeiro, IBGE, 471 p. (sé. regional, 3) 1952.

REIS, Arthur Cesar Ferreira - A Amazônia e a cobiça internacional. São Paulo, Ed. Nacional, 258 p. 1960.

SILVA, Pedro - A pacificação dos Gorotire (Kayapó). Jornal O LIBERAL. Belém, 2626/05- 1974.

TURNER, Terence Sheldon - Social structure e and political organization among the Northern Kaiapó. Tese de doutorado, Cambridge USA, Harvard University, 535 p. , apêndice 136 p. 1966. [Cópia Xerox].

TURNER, Joan Bamberg - Environment and cultural classification: a study of the Northern Kayapó. Tese de doutorado. Cambridge, USA, Harvard University, 190 p. Apêndice 59 p. 1967. [Cópia Xerox].

VERSWIJVER, Gustaav - Enquête ethnographique chez les Kaiapo-Mekrãgnoti: contribution à l'étude de la dynamique des groupes locaux (Scissions et regroupements) Memoire préparé ... seu la direction de Mme. Simone Dreyfus-Gamelon. Paris, Ecole des Maut. Et. en Scien. Sociales. 138 p. 1978.

VIDAL, Lux Morte e vida de uma sociedade indígena Brasileira - Os Kayapó-Xikrin do rio Caeteté São Paulo. Ed. Hucitec, 268 p. il. mapa. 1977.